



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	681
Rubrica	

“E D I T A L”

Pregão Presencial n.º 02/2021- SMS

P R E Â M B U L O

Processo n.º	9282/2020
Fundamento Legal:	Lei 8666/93, e suas alterações, Lei n.º 12.846/13, Lei 10.520/02, Decreto Municipal n.º 270/02, Decreto Municipal 158/2018
Finalidade:	Aquisição de medicamentos, materiais médico – hospitalares e alimentos especiais, de acordo com as determinações judiciais no exercício de 2021.
Critério de Julgamento:	Maior desconto por lote sobre a tabela
Execução:	Indireta
Data:	12/02/2021
Horário:	10hs
Local de Realização:	Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ.

1 – DA MODALIDADE, REGIME DE EXECUÇÃO E TIPO

1.1. A Secretaria de Saúde, Órgão integrante da Prefeitura Municipal de Maricá, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, autorizados através das **Portarias n.º040/2021 e 0071/2021**, torna público que fará realizar a licitação na **modalidade Pregão Presencial, sob o Regime de Execução Indireta, tipo Maior desconto por lote sobre a tabela, conforme informações constantes nos autos do processo administrativo supracitado.**

1.2. A Sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preço e a Documentação será na data supracitada, na **Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ.**

1.3. A presente licitação e o contrato que dela resultar serão regidos pelas disposições contidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 270/2002 e 158/2018, e suas alterações em vigor, pela Lei Complementar n.º 101/2000, Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/2014 e demais normas aplicáveis à espécie, que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento editalício, como se nele estivessem transcritas e às quais as partes, desde já, sujeitam-se incondicionalmente.

1.4. DA RETIRADA DO EDITAL

1.4. O Edital e seus respectivos anexos, poderá ser obtido no site: www.marica.rj.gov.br – Portal da Transparência, no e-mail: maricacpl@gmail.com, através do telefone: (21) 2637-2052 – ramal 332, ou pessoalmente no endereço: Rua Álvares de Castro, n.º 346, Paço Municipal, térreo – Centro –



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	682
Rubrica	

Maricá/RJ – CEP: 24900-880, de segunda a sexta - feira no horário de 8:00h as 17:00h, portando carimbo contendo CNPJ e Razão Social, 01 (UM) CD-RW virgem e (01) uma resma.

2.DAS DEFINIÇÕES

2.1. Para efeitos deste Certame define-se como:

2.1.1 Beneficiário de Preferência - titular de direito de preferência, na disputa da proposta, e direito de saneamento, na fase de habilitação, nas modalidades de concorrência e pregão, assim considerados:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme previsto na legislação específica, em especial a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.
- b) a cooperativa a esses equiparados, na forma do art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007;
- c) o microempreendedor individual - MEI, previsto na Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2012.

2.1.2. Contratado- pessoa física, jurídica ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração Pública.

2.1.3. Entrega imediata - aquela com prazo de entrega até 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou do pedido ou ordem de fornecimento;

2.1.4. Licitantes: pessoas físicas e jurídicas que participam ou manifestam a intenção de participar do processo licitatório. Equipara-se a licitante, para os fins desta Licitação, o fornecedor ou prestador de serviço que, atendendo solicitação da Administração, oferece proposta.

2.1.5. Preços manifestamente inexequíveis: aqueles que os licitantes, após determinação da Administração, não comprovarem a sua viabilidade de execução.

03. DO OBJETO (Art. 40, I, Lei n.º 8.666/93)

3.1 - O presente Pregão destina-se à Aquisição de medicamentos, materiais médico – hospitalares e alimentos especiais, de acordo com as determinações judiciais no exercício de 2021, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência.

04. DA AQUISIÇÃO

04.1 – Quando o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, será facultado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independente da comunicação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

04.2 – O Contratado deverá atender aos quantitativos e especificações de que trata a proposta apresentada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, assim como obedecer rigorosamente ao prazo de execução dos serviços.

04.3 – Na Nota Fiscal deverá constar à especificação e os valores unitários dos itens entregues.

04.4 – O adjudicatário é responsável pelos encargos de qualquer natureza oriundos da prestação de serviços, especificamente os de natureza previdenciária, tributária, trabalhista e comercial.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	683
Rubrica	

04.5. A empresa vencedora será convocada pela SECRETARIA Requisitante da Prefeitura Municipal de Maricá para, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a homologação**, comparecer no local que for indicado, para assinar o “Termo de Contrato” e dar início à execução do objeto.

04.6. O prazo para a assinatura do “Termo de Contrato” poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Maricá.

04.7. A não assinatura do “Termo de Contrato” pelo vencedor, dentro do prazo fixado, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Maricá, o impedirá de participar de novas licitações pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo das demais sanções previstas no **art. 81, da Lei Federal n.º 8.666/93**, assegurado o direito do contraditório da ampla defesa.

04.8. Deixando o licitante vencedor de assinar o “Termo de Contrato” no prazo estabelecido, é facultado a Prefeitura Municipal de Maricá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

04.9 – A CONTRATADA deve observar todas as disposições constantes do Termo de Referência.

04.10. Os serviços ora licitados deverão ser prestados pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme Cronograma de Execução que segue anexo, podendo ser prorrogados com fulcro no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, desde que o Gestor da Secretaria Requisitante comprove o atendimento às exigências estabelecidas no referido dispositivo legal.

04.11 - Face ao disposto no art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação, as quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento).

04.12. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- a) provisoriamente, que se dará em 02 (dois) dias após o fornecimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, decorrido o prazo de 05 (cinco) dias da emissão do Aceite Provisório, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

04.12.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

04.12.2. Se dentro do prazo de 30 (trinta) dias não houver manifestação da Secretaria Requisitante acerca do recebimento definitivo, considerar-se á recebido o objeto definitivamente.

04.13 – O item entregue que apresentar defeito, vício, se revelar inadequado ou em desacordo com as especificações deverá ser substituído no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da comunicação à contratada.

04.14 – O objeto ora licitado deverá ser entregue na Farmácia Judicial da Secretaria Municipal de Saúde de Maricá, situada à Rua Clímaco Pereira, n° 375 – Posto de Saúde central – Centro – Maricá.

05 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

05.1. – Poderão participar deste Pregão as empresas:

- a) que estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	684
Rubrica	

b) que atenderem às exigências constantes deste Edital e seus Anexos e que não tenham vedação explícita em lei.

05.1.1 – Não será admitida na licitação a participação de:

- a) licitantes suspensos temporariamente pelo governo municipal, nos termos do inciso III, do art. 87, da Lei nº 8.666/93;
- b) licitantes já incurso na pena do inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- c) mais de uma empresa sob controle acionário de um mesmo grupo jurídico;
- d) licitantes cujos dirigentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico seja servidor do MUNICÍPIO, de suas sociedades Paraestatais, Fundações ou Autarquias, ou que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta.
- e) Estiverem em regime de recuperação judicial ou falência, exceto na hipótese prevista no item 10, b.3.1;

05.1.2.1 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

- a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- c) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

05.1.2.2 - É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o item “b”, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

05.1.2.3 - O disposto no item 05.1.2.1 não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

05.1.2.4 - Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item 05.1.2.1, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

05.1.2.5 - O disposto no item acima aplica-se aos membros da comissão de licitação.

05.1.3. Não será permitida a representação legal simultânea de mais de uma Licitante.

05.1.4. Não será permitida a participação de mais de uma Licitante sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

05.1.5. Não será permitida a participação de Licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Prefeitura da Cidade de Maricá ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias.

05.1.6. Não será permitida a participação de licitantes que tenham tomado parte na elaboração do projeto básico. Também é vedada a participação de empresas que possuam, em seu quadro técnico, profissional que tenha participado na elaboração do projeto básico, como autor ou colaborador.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	685
Rubrica	

05.1.7. Somente serão consideradas habilitadas a participar da presente licitação as empresas que entregarem os envelopes até o dia, hora e local determinado neste Edital e que atenderem integralmente as exigências documentais e específicas deste.

05.1.8. Não serão consideradas as propostas que não estiverem datadas e assinadas pelo representante legal da empresa e que não cumprirem as exigências do Edital quanto à colocação de carimbo contendo a razão social, C.N.P.J. e endereço, no caso de não apresentarem envelope padronizado.

05.1.9. As licitantes poderão ser representadas durante o processo licitatório através de seus representantes legais ou prepostos credenciados. Para tal credenciamento, o preposto deverá apresentar ao Presidente da Comissão Julgadora a carta de credenciamento, conforme modelo anexo, e a cópia autenticada do seu documento de identidade. A cópia poderá ser autenticada por membro da CPL à vista do original.

05.2 – A participação de cooperativa estará condicionada à comprovação, através de seu objeto social, de que não está incluída na regra estabelecida pela Súmula 281 do TCU, e em respeito à Lei nº 12.690/2012.

06 – DO CREDENCIAMENTO

06.1.1 – A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

06.1.2 – O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular (este com firma reconhecida), com poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa, deverá o mesmo apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

06.1.3 - Os beneficiários de preferência deverão apresentar no momento do Credenciamento, separadamente dos Envelopes de Proposta e Habilitação, o original ou cópia autenticada da Certidão Específica do Enquadramento ou documento equivalente emitidos nos termos da Legislação.

06.1.4 – No caso de apresentação de carta credenciando ou procuração para este fim, estas deverão ser acompanhadas dos Atos Constitutivos da empresa, para verificação quanto à competência do emissor dos referidos documentos, devendo os documentos comprobatórios serem apresentados por fora dos envelopes. A falta de credenciamento não inabilitará a licitante, apenas a impedirá de se manifestar no curso do processo licitatório.

06.1.5 – Caso o licitante queira deixar a cópia autenticada dos Atos constitutivos apresentada, para fins de credenciamento, na posse da Equipe de Apoio não será necessária à apresentação dos mesmos dentro do envelope de documentação.

06.1.6 – A licitante deverá também entregar juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, por fora do envelope, à declaração (Anexo II - A) de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

06.1.7 – É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	686
Rubrica	

06.1.8 – Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos mencionados nesse item. A ausência desta documentação implicará, de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como da perda do direito de interpor eventual recurso das decisões do Pregoeiro, ficando o licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

06.1.9 – A procuração que não contenha prazo de validade especificado no próprio corpo será válida por 1 (um) ano, a contar da data de sua expedição.

07 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.1 A despesa com a presente aquisição correrá à conta do Programa de Trabalho n.º 20; 20.02; 10.061.0013; 10.302.0013; 2.186; 2.189, Natureza da Despesa 33.90.30.00.00, Fonte 100; 202; 203; 206; 232; 236.

07.2. O preço estimado para a presente licitação é de **R\$ 3.792.971,40** (três milhões e setecentos e noventa e dois mil e novecentos e setenta e um reais e quarenta centavos).

08 – DAS PROPOSTAS E APRESENTAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93)

08.1 – Somente será aceita a Proposta que estiver preenchida em impresso original próprio ou modelo idêntico àquele fornecido pela CPL, desde que este contenha as informações solicitadas e atenda as seguintes condições:

08.1.1 – A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, contendo, externamente, elementos que permitam a identificação do proponente e da licitação a que está concorrendo, vedado o recebimento do envelope fora do evento.

08.1.2 – A proposta deverá ser apresentada devidamente assinada, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas de qualquer natureza, e devidamente preenchida com os preços unitários e subtotal em algarismos.

08.1.3 - O preço unitário deverá também ser escrito por extenso, em folha anexa a proposta, visando elucidar possíveis dúvidas.

08.2 – Em caso de divergência entre os preços apresentados em algarismos e por extenso será considerado o valor por extenso, desde que esteja compatível com a proposta – detalhe.

08.2.1 – Quando for verificado erro de soma, subtração, multiplicação ou divisão, o resultado corrigido será o considerado.

08.3 – Os licitantes deverão preencher o nome da empresa, o endereço, o número da Inscrição Estadual e/ou Municipal (conforme o caso), na primeira folha da Proposta, no local destinado para tal, datando, assinando todas as vias, bem como inserindo o carimbo do CNPJ, de modo legível, também em todas as vias.

08.4 – Os licitantes poderão apresentar carta em papel timbrado, anexada à proposta, com o objetivo de esclarecer fatos ligados à cotação apresentada, ficando a critério do Pregoeiro considerar ou não, como subsídio, para instrução processual.

08.5 – A proposta deverá ser preenchida com todos os elementos solicitados.

08.6 – O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias.

09 – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

09.1 – A Sessão para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e a Habilitação será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei nº 10.520, de



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	687
Rubrica	

17/07/2002, com o Decreto Municipal Competente, e, ainda, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinados.

09.2 – No local, data e hora previstos neste Edital, os licitantes apresentarão suas propostas/documentos em envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, designados respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

I – ENVELOPE “A” – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2021 - SMS
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

II – ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2021 - SMS
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

09.3 – Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro e recebidos os envelopes, não mais serão admitidos novos licitantes.

09.4 - Os envelopes poderão ser entregues diretamente por representante da licitante na abertura da Sessão pública, por correio ou por qualquer outro serviço de entrega, não se responsabilizando a CPL pelo não recebimento ou pelo atraso no recebimento dos envelopes enviados por correio outro serviço de entrega.

10 – DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93)

10.1 – Será exigida dos interessados a seguinte documentação (em envelope lacrado contendo, externamente, elementos que permitam a identificação do proponente e da licitação a que está concorrendo):

- I – documentação relativa à habilitação jurídica;
- II – documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- III – documentação relativa à qualificação técnica;
- IV – documentação relativa à regularidade fiscal;
- V - Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93);
- VI - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de atendimento aos requisitos de Habilitação, conforme inciso VII, do art. 4º, da Lei n.º 10.520/02 (modelo em anexo), de forma avulsa.
- VII - Declaração referente ao art. 9º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS: A declaração do item VI deverá ser entregue ao Pregoeiro, juntamente com o credenciamento/procuração e o Ato Constitutivo da empresa (subitens A1, A2, A3 ou A4, conforme o caso), de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes, o não atendimento desse requisito implicará na desclassificação da proposta.

A – HABILITAÇÃO JURÍDICA



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	688
Rubrica	

Conforme o caso, consistirá em:

A.1 - cédula de identidade;

A.2 - registro comercial, no caso de empresa individual;

A.3 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

A.4 - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

A.5 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Nota: Os licitantes ficam eximidos da apresentação do documento constitutivo (contrato social, estatuto etc.) exigido neste item, se os mesmos foram apresentados no ato de credenciamento, salientado que, para tanto deverão ter sido apresentados em original ou cópia autenticada por cartório, de acordo com o preceito do *caput* do Artigo 32 da Lei Federal n 8.666 / 1993 e posteriores alterações.

Nota 2: Conforme Resolução CGSIM nº 16/2009, para o MEI – Empresário Individual, onde há a exigência de apresentação do contrato social, este será substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

B – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante a obtenção dos índices econômicos previstos na alínea "b.2" deste subitem.

b.1) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.1.1) Sociedades regidas pela Lei nº 11.638/07 (Sociedade Anônima): publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.2) Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA): por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em órgão equivalente ou por fotocópia do balanço e das demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	689
Rubrica	

b.1.4) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.5) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou Técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), na forma prevista no art. 25 da Lei nº 9.295/46, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.249/10, e na forma da Resolução nº 560/83 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo certo que os Técnicos acima referidos deverão promover o competente registro até a data de 15/06/15, na forma da lei vigente.

b.1.6) As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº787, de 19 de novembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital-ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o Balanço Patrimonial, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art.2º da citada Instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade Credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas - Brasileiras-ICP-Brasil) nos termos da IN-RFB nº926, de 11 de março de 2009.

b.2) o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \geq 1,0$$

b.2.1) A fórmula deverá estar devidamente aplicada em memorial de cálculos juntado ao Balanço apresentado pelo licitante. Caso o memorial não seja apresentado, o Pregoeiro reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

b.2.2) A empresa licitante que apresentar resultado Menor que um no Índice de Liquidez Geral (ILG) poderá comprovar a capacidade econômico-financeira de empresa através da demonstração de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor máximo total mensal estimado para a licitação.

b.3) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante. No caso de a sede se encontrar na Comarca do Rio de Janeiro - RJ deverão as certidões ser expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas ou recuperação judicial.

b.3.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b.4) Para o MEI – Empresário Individual para fins de comprovação da Qualificação Econômica – Financeira será aceita a apresentação da Declaração Anual do Microempreendedor Individual / Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) em substituição a exigência do Balanço Patrimonial.

C – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

C.1 – Declaração de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	690
Rubrica	

C.2 - Com a finalidade de comprovação da **Qualificação Técnica** deverá (ão) ser solicitado(s) o(s) seguinte(s) documento(s) no Edital da licitação:

C.2.1 - Comprovação de aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

C.3 - As empresas LICITANTES deverão apresentar 01 (um) ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa proponente tenha fornecido no mínimo 10% (dez por cento) dos itens :

DESCRIÇÃO DOS ITENS	
5336	BELIMUMAB 400MG
2136	CLOBAZAM 20MG
7939	DENOSUMABE 60MG/ML - PROLIA
418	ENOXAPARINA 40MG
9325	HILANO GH20 - SYNVISIC
4577	METILFENIDATO LA 40MG - RITALINA
3063	OMALIZUMABE 150MG - XOLAIR
3024	PROTETOR SOLAR PHOTODERM MAX FLUIDO FPS 100
3025	PROTETOR SOLAR PHOTODERM MAX FLUIDO FPS 60
3041	TIOTROPIO BROMETO 2,5MG - SPIRIVA RESPIMAT
1619	INSULINA ASPARTE - NOVORAPID FLEXPEN
1620	INSULINA GLARGINA - LANTUS 3ML
4581	INSULINA GLARGINA LANTUS CANETA + REFIL 3ML
2851	INSULINA LIRAGLUTIDA - VICTOZA
1545	BIMATOPROSTA+TIMOLOL 0,5% - GANFORT
1561	BIMATOPROSTA 0,03% - LUMIGAN
2838	BIMATOPROSTA ,01% - LUMIGAN
1638	LATANOPROSTA+TIMOLOL - XALATAN
1626	TRAVOPROSTA - TRAVATAN
2910	Fitas HGT On call Plus
2870	Seringa Ultrafine II 100UI
2871	Seringa Ultrafine II BD 30UI
1318	Sonda Uretral n° 12
688	Fraldas geriátricas M
690	Fraldas geriátricas G

Medicamentos LOTE 03

Materiais/ fraldas LOTE 01



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	691
Rubrica	

686	Fraldas geriátricas XG	
1313	Seringa 60 c/ bico para alimentação	

D – REGULARIDADE FISCAL

D.1 – Cartão de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso.

D.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, ou ambos, dependendo do seu ramo de atividade.

D.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Federal feita por meio da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda, na forma do que dispõe a regulamentação federal sobre a matéria. Portaria Conjunta PGFN/SRF n.º 03/2005, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.

D.4 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual feita por meio de apresentação de Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa ou Certidão para não Contribuinte do ICMS (quando emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, da Certidão Negativa de Débito com a Dívida Ativa Estadual emitida pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Resolução do Órgão, mesmo quando for apresentada CERTIDÃO PARA NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS, conforme determina a Resolução Conjunta PGE/SER n.º 33, de 24 de novembro de 2004).

D.5 – Em relação à regularidade fiscal municipal: a) para todos os licitantes sediados no Município de Maricá: Certidão negativa de débitos municipais / Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá. b) Para os licitantes que não possuam qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município: Certidão negativa de débitos municipais, expedida pelo Município de sua Sede / Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais. c) Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro mobiliário do Município de Maricá: Certidão negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá / Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá e Certidão negativa de débitos municipais / Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais, expedida pelo Município de sua Sede.

D.6 – Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia e Tempo de Serviço (FGTS).

D.7 – Prova de Regularidade Trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de débitos trabalhistas, conforme o disposto no art. 642-A, § 2º da CLT.

10.2 - Os documentos exigidos nesta licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Prefeitura Municipal de Maricá. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser digitados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	692
Rubrica	

10.2.1 - A exibição do documento original ao pregoeiro na sessão dispensa a autenticação em cartório, pois será realizada a autenticação das cópias apresentadas no envelope de habilitação no ato dessa apresentação.

10.2.2 – Os documentos originais deverão estar em posse da licitante e NÃO dentro do envelope de habilitação, no qual deverá conter apenas as cópias, uma vez que se os originais forem entregues NÃO poderão ser retirados do processo.

10.2.3 - Se os certificados e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento e nem registrados em legislação específica, ser-lhes-á atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

10.3 - A apresentação do Certificado de Cadastro NÃO isentará o licitante de apresentar dentro do envelope de documentação os documentos listados na Habilitação Jurídica e na Regularidade Fiscal, ainda que as referidas certidões estejam na validade na data de entrega dos envelopes.

10.4 Toda a documentação corresponderá a um único CNPJ/MF, da sede matriz ou filial:

- a) Caso a pessoa jurídica tenha filial neste município, mas esteja autorizada a centralizar tributos e contribuições daquela sede em outro local, valerá o CNPJ/MF desta;
- b) Caso a pessoa jurídica não possua matriz (sede) ou filial no município, prevalecerá o CNPJ/MF de sua matriz.
- c) Caso a licitante venha participar pela filial, deverá apresentar todos os documentos da filial e os seguintes documentos com CNPJ da Matriz: MF da Matriz.

I – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial. – 10, b.3 e b3.1

II – Prova de regularidade com a Fazenda Federal feita por meio da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda.-10. D.3

III – Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia e Tempo de Serviço (FGTS) – 10. D.6.

IV- Prova de Regularidade Trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de débitos trabalhistas. – 10. D.7;

c.1) O documento apresentado com o CNPJ da Matriz ou da filial, que expressamente informe a abrangência de ambas, fica dispensado de ser reapresentado.

10.5 – As documentações solicitadas deverão ser apresentadas na sessão de licitação obedecendo a ordem descrita no edital e numerada.

10.6 – As documentações solicitadas deverão ser apresentadas na sessão de licitação obedecendo a ordem descrita no edital e numerada.

11 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (Art. 40, VII e X, Lei N.º 8.666/93)

11.1 – No local, dia e hora previstos neste edital, em Sessão pública deverão comparecer os licitantes, com os envelopes contendo a Documentação para Habilitação (B) e a Proposta de Preços (A), assim como, com declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação de forma avulsa.

11.2 – Após o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a consequente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	693
Rubrica	

11.3 – Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances verbais, o autor da proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço.

11.4 – Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas nas condições definidas no subitem 11.3 o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

11.5 – No caso de duas ou mais propostas apresentarem valores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

11.6 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sob pena de exclusão do certame.

11.7 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

11.8 – Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

11.9 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

11.10 – O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, e decidirá motivadamente a respeito.

11.11 – A licitante classificada por apresentar o Menor Preço no certame, só será declarada vencedora, depois de verificadas as demais exigências deste Edital.

11.12 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o valor referente ao objeto deste Edital.

11.13 – O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e ser formalizada em ata.

11.14 – Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

11.15 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

11.16 – O licitante vencedor ao término do certame deverá apresentar nova proposta formal (por escrito), com os valores obtidos após os lances verbais.

11.16.1 – A proposta final do licitante vencedor, não poderá ser superior ao valor estimado para a presente licitação.

11.16.2 - A proposta final deve, obrigatoriamente, estar acompanhadas da Planilha de Detalhamento de Custos Unitários, com a indicação da respectiva data-base (mês/ano).

11.17 – Os preços estabelecidos pela empresa para pagamento deverão considerar os custos na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao objeto desta licitação.

11.18 – Com relação as Micro-Empresas e Empresas de Pequeno Porte serão observadas as regras estabelecidas nos art. 42 a 49, da Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014.

12. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	694
Rubrica	

12.1 - Selecionada a Proposta de melhor preço ou encerrada a fase de lances, o Pregoeiro verificará a existência de licitante presente e credenciado com direito de preferência. Existindo beneficiário e se o valor da respectiva Proposta de Preços estiver no intervalo de até 5%(cinco por cento) superior ao preço da Proposta classificada em primeiro lugar ser-lhe-á permitido apresentar preço inferior ao da Proposta classificada.

12.2 - A não apresentação de preço pelo licitante beneficiário de preferência implicará na decadência do direito conferido pela Legislação e, havendo outros licitantes beneficiários o Pregoeiro os convocará, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

12.3 - Na hipótese de não haver oferta de preço pelos beneficiários de preferência concorrentes desta licitação, o Pregoeiro dará continuidade ao Pregão com a Proposta de Preços originalmente classificada em primeiro lugar, procedendo à abertura dos documentos de sua habilitação.

12.4 - Os beneficiários do direito de preferência, na fase da Habilitação, deverão apresentar todos os documentos exigidos no Edital para efeito de comprovação da Regularidade Fiscal, mesmo que estes documentos apresentem alguma restrição, consoante dispõe o art.43 da Lei Complementar nº123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

12.5 - Sendo o licitante beneficiário do direito de preferência, na fase do exame dos documentos de habilitação será observado o direito de saneamento quanto à regularidade perante às Fazendas, INSS, FGTS e Justiça Trabalhista, previsto na lei. Havendo irregularidades nos documentos apresentados, o Pregoeiro concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação apresentada de forma irregular pelo licitante beneficiário de preferência.

12.5.1. - O não atendimento da regularidade dos documentos no prazo estabelecido no subitem 12.4. implicará a inabilitação do licitante.

13 – DOS RECURSOS

13.1 – Durante a realização do Certame os recursos se darão da seguinte forma:

13.1.1 – O licitante deverá registrar em ata a síntese das suas razões, sob pena de perda do direito de recorrer, devendo obrigatoriamente apresentá-las por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis, forma da Lei do Pregão.

13.1.2 – O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo;

13.1.3 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

13.1.4 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, através do Pregoeiro e equipe de apoio, na cidade de Maricá.

13.1.5 - Interposto o recurso os demais licitantes estarão desde logo intimados para apresenta contrarrazões, no prazo de até 3 (três) dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.2 – Caberão ainda os seguintes recursos:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato:

a) anulação ou revogação da licitação;

b) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

c) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I, do art. 79, da Lei n.º 8.666/93;

d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

II – representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	695
Rubrica	

13.2.1 – A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a" e "c", deste item, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e no inciso II, será feita mediante publicação na imprensa oficial.

13.2.2 – Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2.3 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade

13.2.4 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

13.3 – Para que sejam asseguradas as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, será aceito o encaminhamento de recurso, tempestivamente, para o e-mail maricacpl@gmail.com que será impresso e gerará um processo administrativo. Até o julgamento do referido recurso deve o Recorrente encaminhar original, devidamente assinado pelo Responsável da empresa, para que seja apensado aos autos do Recurso, sob pena de indeferimento do mesmo.

14 – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO (Art. 40, II, Lei n.º 8.666/93)

14.1. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

14.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

14.1.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

14.1.3. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15 – DAS PENALIDADES (Art. 40, III, Lei n.º 8.666/93)

15.1 A inexecução do fornecimento, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da total do CONTRATO, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	696
Rubrica	

c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7.º da Lei Federal n.º 10.520/02.

15.2 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

15.3 - A sanção prevista nas alíneas b, c e d do item 15.1, poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra.

15.4 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.5 - A aplicação das sanções previstas neste item deverão ser aplicadas pela Autoridade, observadas as disposições do Decreto Municipal n.º 158/2018.

15.6 - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

15.7 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

15.8 - A multa prevista no item 15.1 não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

15.9 - Os valores devem ser recolhidos a favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a PMM descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

15.10 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

16 - DA IMPUGNAÇÃO

16.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 10.520/02 e da Lei n.º 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de proposta de preço/habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da lei supracitada.

16.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas. Após esse prazo, a comunicação de falhas ou irregularidades que viciariam este edital, não terá efeito de recurso.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	697
Rubrica	

16.3 – A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

16.4 – A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

16.5 – As impugnações interpostas deverão ser protocoladas junto a Comissão Permanente de Licitação, que fornecerá ao licitante recorrente o número do processo administrativo, gerado para julgamento da impugnação, para que o recorrente acompanhe o trâmite processual.

17 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

17.1. Uma vez proferido o julgamento pela Comissão, decorrido *in albis* o prazo recursal, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo à Autoridade Superior para adjudicação e homologação.

17.2. Até a data da assinatura do Contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer participante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquele cuja situação econômico-financeira tenha se alterado após o início do processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

17.3 - Nos termos do art. 62 da Lei n.º 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

18 – DO PAGAMENTO (Art. 40, XIV, Lei n.º 8.666/93)

18.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do “Termo de Contrato”.

18.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

18.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 158/2018.

18.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da efetiva prestação do serviço mensal, data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra “a”, do inciso XIV, do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

18.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

18.3.3. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

18.3.4 O pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Chefe do Executivo, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da CONTRATADA dirigido ao Gabinete do Prefeito.

18.3.5 Caso o Município antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

18.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes, após o prazo citado, será de acordo com as tabelas oficiais utilizadas.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	698
Rubrica	

18.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 40, VIII, Lei n.º 8.666/93)

19.1 - A Licitação a que se refere este Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato devidamente comprovado, ou anulada, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses motivos, ressalvado o disposto no Parágrafo Único, do art. 59 da Lei n.º 8.666/93, no último caso.

19.2 - Ocorrendo decretação de feriado, ponto facultativo ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste Certame na data marcada, ficará o mesmo automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso do Pregoeiro e Equipe de Apoio em contrário.

19.3 – O Edital e seus anexos, assim como maiores informações e esclarecimentos de dúvidas de interpretação deste Edital, poderão ser obtidas e dirimidas perante o Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, até um dia útil antes da realização do Certame.

19.3.1 – Os interessados em retirar o Edital deverão entregar CD-RW (virgem) à Comissão Permanente de Licitação.

19.3.2 - Informações e esclarecimentos relativos à Licitação devem ser adquiridas junto à Comissão Permanente de Licitação, situado na Rua Álvares de Castro, n.º 346, térreo, no horário de 9:00 às 17:00, ou pelo telefone 2637-2052, ou maricacpl@gmail.com

19.4 - Se os certificados e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento e nem registrados em legislação específica, ser-lhes-á atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

19.5 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Portanto, a constatação, a qualquer tempo, de adulteração ou falsificação dos documentos apresentados, ensejará, após regular processo administrativo, a adoção imediata da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo período de até 02 (dois) anos, independentemente das demais sanções previstas em Lei.

19.6 – Considerar-se-á domicílio ou sede da licitante o lugar onde esta mantém seu estabelecimento matriz.

19.7 – As licitantes devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes do presente Edital e seus Anexos, não podendo alegar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto às condições estabelecidas, como elementos impeditivos ao perfeito cumprimento do contrato.

19.8 – É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.9 – Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ** responsabilidade por qualquer custo, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.10 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro ou pela Autoridade superior.

19.11 – O proponente que vier a ser vencedor do certame, se contratado, ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	699
Rubrica	

19.12 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato e do fiel cumprimento da lei.

19.13 – A critério do Pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o atendimento das propostas.

19.14 – As disposições estabelecidas neste edital poderão ser alteradas, observadas as disposições do artigo 21, da Lei nº 8.666/93.

19.15 – O recebimento dos envelopes não gera nenhum direito para a licitante perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

19.16 – As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após a sua homologação e adjudicação pelo Secretário Requisitante.

19.17 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

19.18 – Fica assegurado à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ** sem que caiba aos licitantes indenização:

19.18.1 – adiar a data da abertura da presente licitação, dando disso conhecimento aos interessados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, exceto em Caso Fortuito ou de Força Maior, quando o prazo citado não será observado.

19.19 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos, ou ainda, quanto à formulação das propostas, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro.

19.20 – Os prazos previstos neste Edital serão contados conforme artigo 110 da Lei nº 8.666/93.

19.21 – As empresas que não obedecerem, rigorosamente, as exigências do Edital, serão inabilitadas/desclassificadas, ressalvadas as hipóteses de vícios de menor complexidade sanáveis conforme o caso.

19.22 – A participação das empresas interessadas nesta licitação, implicará no total conhecimento das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Municipal competente e demais normas pertinentes à espécie, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, tendo sua decisão ratificada pela Autoridade superior através da Homologação.

19.24 – No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

19.25 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo os licitantes retirá-los até 05 (cinco) dias após a publicação do extrato do contrato no Jornal Oficial do Município, sob pena de inutilização dos documentos contidos.

19.26 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio.

19.27 - Não será permitida a subcontratação, tendo em vista não ter havido solicitação expressa da Secretaria Requisitante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	700
Rubrica	

19.28 – É vedada a substituição do representante da empresa junto a Comissão Permanente de Licitação em qualquer fase da licitação a não ser em caso de força maior devidamente comprovado.

19.29 – A empresa deve obrigatoriamente, de acordo com o art. 7º, da Lei n.º 8.666/93, cumprir o determinado no projeto básico/termo de referência e memorial descritivo assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

19.30 – Constituem anexos deste Edital:

ANEXO I:

A – Planilha de Valores e Quantitativos e Unitários

B - Propostas-Detalhe

ANEXO II – Modelo de Declarações:

A- Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação

B- Carta de Credenciamento para participar de licitações

C- Modelo de Declaração para fins do disposto do inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93

D- Modelo de Declaração referente ao art. 9º da Lei n.º 8.666/93.

E- Modelo de declaração de que recebeu todos os documentos e informações necessários para participar da licitação.

ANEXO III:

A- Termo de Referência da Secretaria

B- Estimativa Farmácia Judicial 2021

ANEXO IV:

Mínuta do Contrato

20 – DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 – A empresa vencedora deverá obrigatoriamente, de acordo com o art. 7º, da Lei n.º 8.666/93, cumprir o determinado no Projeto Básico/Termo de Referência, assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

20.2 - Se houver divergência entre o Termo de Referência e o Edital, deverá ser considerada a cláusula do edital.

21- FORO

21.1 - Fica eleito o foro do Município de Maricá para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas da execução desta licitação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maricá, de de 2021.

SIMONE DA COSTA SILVA MASSA

Secretário de Saúde



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	701
Rubrica	

ANEXO I

A - PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS UNITÁRIOS

Lotes	Especificação	Unid. de medida	Percentual mínimo de desconto
01	Desconto em cima dos valores constantes do guia farmacêutico BRASINDICE , referente aos materiais médico-hospitalares (Preço de fábrica),conforme Termo de Referência.	%	8,20%
02	Desconto em cima dos valores constantes do guia farmacêutico BRASINDICE , referente aos alimentos especiais (Preço de fábrica),conforme Termo de Referência.	%	Lote licitado em 16/11/2020 – PP 31/2020
03	Desconto em cima dos valores constantes do guia farmacêutico ANVISA , referente aos medicamentos, (Preço de fábrica),conforme Termo de Referência.	%	8,20%



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	702
Rubrica	

B - PROPOSTA-DETALHE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Comissão Permanente de Licitação

PROPOSTA DETALHE

A firma ao lado mencionada propõe Prestar Serviço ao Município de Maricá, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL n.º 02/2021 - SMS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2021 - SMS

A Realizar-se em

Processo:

CARIMBO DO CNPJ

Lotes	Especificação	Unid. de medida	Percentual mínimo de desconto
01	Desconto em cima dos valores constantes do guia farmacêutico BRASINDICE , referente aos materiais médico-hospitalares (Preço de fábrica),conforme Termo de Referência.	%	
02	Desconto em cima dos valores constantes do guia farmacêutico BRASINDICE , referente aos alimentos especiais (Preço de fábrica),conforme Termo de Referência.	%	Lote licitado em 16/11/2020 – PP 31/2020
03	Desconto em cima dos valores constantes do guia farmacêutico ANVISA , referente aos medicamentos, (Preço de fábrica),conforme Termo de Referência.	%	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	703
Rubrica	

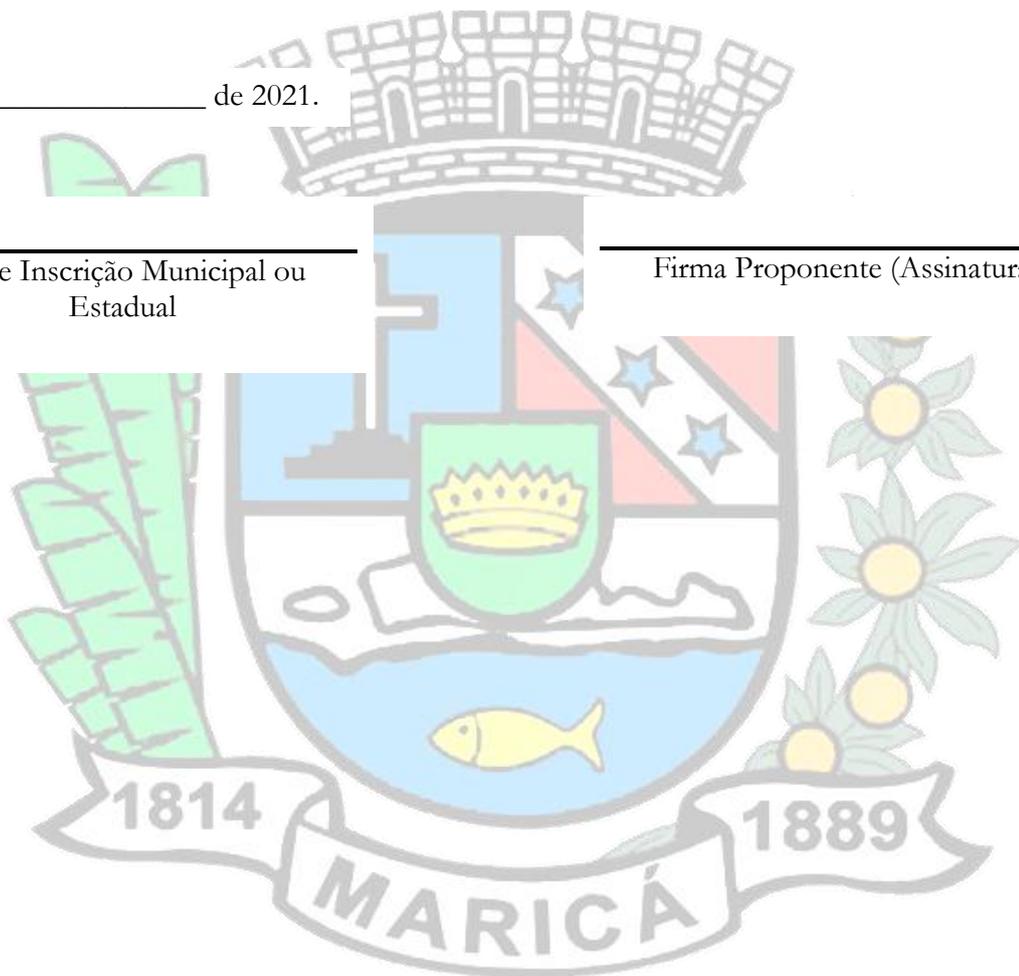
OBS: Deve ser colocado dentro do envelope de Proposta de Preços uma via da Proposta impressa e um CD-RW/PEN DRIVE (será devolvido ao final da sessão) contendo arquivo do Word e Excel com a Proposta devidamente preenchida, em teor igual ao da impressa.

OBS: A licitante vencedora deverá apresentar a proposta final observando os itens 11.16, 11.16.1 e 11.16.2.

Em, ____ de _____ de 2021.

Nº de Inscrição Municipal ou
Estadual

Firma Proponente (Assinatura)





Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	704
Rubrica	

ANEXO II - DECLARAÇÕES

A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Licitação na modalidade pregão n° ____/2021

A (empresa licitante), inscrito no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal no 10,520, de 17 de julho de 2002, DECLARA que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação da licitação na modalidade pregão referida em epígrafe.

Local, em ____ de ____ de ____

(representante legal)

Observações:

- 1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.
- 2 – Esta declaração deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	705
Rubrica	

B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° ____/2021

CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

(local), de _____ de 2021

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ – RJ

Ao Pregoeiro,

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade n° _____, expedida em ____/____/____ e CPF n° _____, para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ n° _____, no Pregão n° ____/____, a ser realizada em ____/____/____, nessa Prefeitura, às ____ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lance de preços, prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los.

Atenciosamente,

Assinatura do representante legal

Observações:

- 1 – A carta de Credenciamento deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, assinada pelo seu representante legal, com poderes para constituir mandatário.
- 2 – Esta Carta deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	706
Rubrica	

C - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ARTIGO 27 DA LEI Nº 8.666/93

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre (assinalar com “x”, conforme o caso):

() não emprega menor de dezesseis anos.

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

Local, em ____ de ____ de ____

(representante legal)

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	707
Rubrica	

D - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO ARTIGO 9º DA LEI Nº 8.666/93

A (empresa licitante), inscrito no CNPJ nº....., bem como seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, **DECLARAM** não ser:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II – no caso de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo;

III - no caso da empresa, isoladamente ou em consórcio, ser a autora do projeto, dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

IV - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Local, em ____ de ____ de ____

(representante legal)

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	708
Rubrica	

E - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE RECEBEU TODOS OS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada
_____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que
recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento
de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Local e data

assinatura do representante legal

Observações:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	709
Rubrica	

ANEXO III

A - Termo de Referência

A	OBJETO Pregão Presencial para Fornecimento de medicamentos, materiais médico-hospitalares especiais para atender às demandas de cunho judicial das diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Maricá, de acordo com as determinações judiciais.
B	VIGÊNCIA O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do CONTRATO. A eventual prorrogação somente será admitida nas condições estabelecidas art. 57, II da Lei 8.666/93.
C	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ R\$3.792.971,40
D	FORMA DE SELEÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> Lote <input type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Item
E	LOCAL DE EXECUÇÃO Farmácia Judicial da Secretaria Municipal de Saúde de Maricá, situada à Rua Clímaco Pereira, nº 375 – Posto de Saúde Central - Centro – Maricá-RJ em embalagem comercial contendo no mínimo de 70% de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação no ato da entrega.
G	UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJETO Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF UNIDADE FISCALIZADORA Secretaria de Saúde

Fornecimento de medicamentos, materiais médico-hospitalares especiais.

1. DO OBJETO

1.1. Pregão Presencial para aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares especiais, de acordo com as determinações judiciais no exercício de 2021.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente visa à contratação de empresa especializada com a finalidade de atender à demanda de aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares especiais para atender às diversas Unidades da Secretaria Municipal de Saúde em todas as suas demandas de cunho judicial. Tal medida revela-se mais eficiente e econômica, visto que os preços de medicamentos em geral oscilam, sendo, portanto, o maior desconto ofertado com base nos preços tabelados pela BRASÍNDICE.

3. DOS BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Sabe-se da obrigação em cumprir imediatamente as determinações judiciais a fim de evitar possíveis sanções ou penalidades pela falta do atendimento.

3.2. Agilidade no cumprimento das determinações, e na entrega dos medicamentos ao paciente, visando não prejudicar o tratamento dos pacientes atendidos e atender de forma imediata e definitiva todas as demandas judiciais do município, demanda esta que cresce significativamente.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	710
Rubrica	

- 4.1. O objeto desse Termo de Referência será contratado por meio da modalidade Pregão Presencial, conforme as disposições da Lei n.º 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.
5. O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do CONTRATO. A eventual prorrogação somente será admitida nas condições estabelecidas art. 57, II da Lei 8.666/93.

4.2. O critério de julgamento será o maior desconto por lote sobre a tabela, conforme abaixo descrito:

LOTE	DESCRIÇÃO	TABELA DE REFERÊNCIA	Percentual Mínimo de desconto
01	Materiais médico-hospitalares	BRASÍNDICE – PF (Preço de Fábrica)	8,20%
02	*Alimentos especiais (LICITADO)	BRASÍNDICE – PF (Preço de Fábrica)	LICITADO
(O LOTE 02 FOI LICITADO ATRAVES DO PP 31/2020 EM 16/11/2020)			
03	Medicamentos	ANVISA – PF (Preço de Fábrica)	8,20%

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 Com a finalidade de comprovação da **Qualificação Técnica** deverá (ão) ser solicitado(s) o(s) seguinte(s) documento(s) no Edital da licitação:

5.3 **Comprovação de aptidão** da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5.4 As empresas LICITANTES deverão apresentar 01 (um) ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa proponente tenha fornecido no mínimo 10% (dez por cento) dos itens :

DESCRIÇÃO DOS ITENS	
5336	BELIMUMAB 400MG
2136	CLOBAZAM 20MG
7939	DENOSUMABE 60MG/ML - PROLIA
418	ENOXAPARINA 40MG
9325	HILANO GH20 - SYNVISC
4577	METILFENIDATO LA 40MG - RITALINA
3063	OMALIZUMABE 150MG - XOLAIR
3024	PROTETOR SOLAR PHOTODERM MAX FLUIDO FPS 100
3025	PROTETOR SOLAR PHOTODERM MAX FLUIDO FPS 60
3041	TIOTROPIO BROMETO 2,5MG - SPIRIVA RESPIMAT
1619	INSULINA ASPARTE - NOVORAPID FLEXPEN
1620	INSULINA GLARGINA - LANTUS 3ML
4581	INSULINA GLARGINA LANTUS CANETA + REFIL 3ML
2851	INSULINA LIRAGLUTIDA - VICTOZA
1545	BIMATOPROSTA+TIMOLOL 0,5% - GANFORT
1561	BIMATOPROSTA 0,03% - LUMIGAN
2838	BIMATOPROSTA ,01% - LUMIGAN

Medicamentos LOTE 03



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	711
Rubrica	

1638	LATANOPROSTA+TIMOLOL - XALATAN	
1626	TRAVOPROSTA - TRAVATAN	
2910	Fitas HGT On call Plus	Materiais/ fraldas LOTE 01
2870	Seringa Ultrafine II 100UI	
2871	Seringa Ultrafine II BD 30UI	
1318	Sonda Uretral nº 12	
688	Fraldas geriátricas M	
690	Fraldas geriátricas G	
686	Fraldas geriátricas XG	
1313	Seringa 60 c/ bico para alimentação	

6. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

6.1. Considerando a impossibilidade de previsão dos itens a serem adquiridos por determinações judiciais, as entregas serão efetuadas de acordo com as determinações judiciais e seus prazos estabelecidos.

LOTE	DESCRIÇÃO	TABELA DE REFERÊNCIA	Percentual Mínimo de desconto
01	Materiais médico-hospitalares	BRASÍNDICE – PF (Preço de Fábrica)	8,20%
02	*Alimentos especiais (LICITADO)	BRASÍNDICE – PF (Preço de Fábrica)	LICITADO
(O LOTE 02 FOI LICITADO ATRAVES DO PP 31/2020 EM 16/11/2020)			
03	Medicamentos	ANVISA – PF (Preço de Fábrica)	8,20

7. DOS DETALHES TÉCNICOS PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. Quaisquer dúvidas referentes ao escopo dos fornecimentos ou especificações deverão ser previamente esclarecidas junto à CONTRATANTE, visto que, depois de apresentada a proposta, a CONTRATANTE não acolherá nenhuma reivindicação.

7.2. Os casos não abordados nessa especificação serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto;

7.3. O fornecimento de todo material e/ou produtos serão, previamente, autorizados pela FISCALIZAÇÃO;

7.4. No fornecimento, dos materiais e/ou produtos, poder-se-ão admitir a substituição por produto equivalente, desde que aprovado, POR ESCRITO, pela FISCALIZAÇÃO;

7.4.1. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a comprovação da integral equivalência em relação aos materiais ou produtos especificados neste Termo de Referência, através da apresentação de laudos técnicos ou outros meios de comprovação;

7.4.2. A comprovação de equivalência não ensejará alteração no prazo estabelecido de execução, como também, não criará ônus à CONTRATANTE;

8. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO E FINANCEIRO

8.1. O prazo de entrega será de 02 (dois) dias úteis contados a partir da confirmação do recebimento da ordem de fornecimento de bens;

8.2. **ENDEREÇO DE ENTREGA** Farmácia Judicial da Secretaria Municipal de Saúde de Maricá, situada à Rua Clímaco Pereira, nº 375 – Posto de Saúde Central - Centro – Maricá.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	712
Rubrica	

8.3. Os materiais/produtos deverão ser entregues em perfeito estado, sem marcas, sem arranhões ou amassados.

8.4. O levantamento da demanda judicial efetuada baseou-se inclusive em exercícios anteriores, **podendo sofrer alterações mensalmente, considerando a oscilação de valores específicos em cada DETERMINAÇÃO judicial.**

Descrição do Objeto	mês 01	mês 02	mês 03	mês 04	mês 05	mês 06
Fornecimento de Medicamento e material para atender demanda judicial.	R\$ 316.080,95	R\$ 316.080,95	R\$ 316.080,95	R\$ 316.080,95	R\$ 316.080,95	R\$ 316.080,95
	mês 07	mês 08	mês 09	mês 10	mês 11	mês 12
	R\$ 316.080,95	R\$ 316.080,95	R\$ 316.080,95	R\$ 316.080,95	R\$ 316.080,95	R\$ 316.080,95
Valor Total Estimado	R\$3.792.971,40					

9. RECEBIMENTO E ACEITE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

9.1. Observados as condições e prazos constantes deste Termo de Referência, os recebimentos dos produtos/serviços serão realizados de acordo com o art. 73 da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

9.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 02 (dois) dias da comunicação escrita do Contratado;

9.1.1.1. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes.

9.1.1.2. Todos os problemas identificados deverão ser solucionados em prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sujeitando a CONTRATADA as penalidades definidas no CONTRATO.

9.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, previsto para até 05 (cinco) dias, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento efetivamente executado, em 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto, acompanhada do atesto do Fiscal do Contrato, conforme o disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93;

10.1.1. As Notas fiscais / faturas serão atestadas em até 05 (cinco) dias contados a partir da data de entrega à CONTRATANTE e após o atesto da Nota Fiscal pela FISCALIZAÇÃO;

10.1.2. Nos casos em que houver erros e/ou incongruências nos valores apresentados na Nota Fiscal, esta será devolvida à CONTRATADA, para que realize os ajustes necessários, tendo o prazo de pagamento e atesto reajustados para o início, ou seja, a FISCALIZAÇÃO possuirá mais 10 (dez) dias úteis para analisar e atestar.

10.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo "SIMPLES" (Lei nº 9.317/96), será obrigada a informar no corpo da nota fiscal e apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	713
Rubrica	

10.3. O pagamento será feito por meio de depósito na conta corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura do fornecimento acompanhada do atesto do Fiscal do Contrato;

10.4. Sobre o valor da nota fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012;

10.5. A CONTRATADA deverá, ainda, com a Nota Fiscal/Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos neste Termo de Referência;

10.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

10.7. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas;

10.8. A apresentação de certidões atrasadas ou irregulares com a nota fiscal ensejará anotação do fiscal em registro próprio e criará pendência a ser sanada pela CONTRATADA;

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA/REAJUSTES

11.1. A proposta apresentada é de sua inteira responsabilidade e deverá prever todos os custos envolvidos, pois, omissões, jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços após a sua contratação, não sendo aceitas alterações da planilha de custos após a assinatura do contrato;

11.2. Nos preços propostos já deverão estar computados todas as taxas, impostos, despesas, obrigações fiscais e demais despesas que direta ou indiretamente tenham relação com o objeto, além de tomar todas as providências necessárias à obtenção de licenças, aprovações, franquias e alvarás necessários à execução dos serviços, serão encargo da CONTRATADA, inclusive o pagamento de emolumentos referentes aos serviços, à segurança pública, seguro de pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas, impostos que digam respeito aos serviços contratados;

11.3. Todos os custos dos serviços, equipamentos e materiais serão considerados inclusos na proposta de preços ofertada, não podendo a CONTRATADA alegar desconhecimento ou negligências por desconhecimento do presente item;

11.4. Após a assinatura do CONTRATO, a CONTRATADA terá a concordância tácita de todos os documentos constantes do projeto, não cabendo qualquer alegação posterior, por parte da CONTRATADA, sobre divergências entre os mesmos;

11.5. O critério de reajuste será de acordo com as tabelas oficiais utilizadas.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da futura aquisição correrá a conta do orçamento vigente:

Ação:	
Orçamento:	
Classificação Contábil:	
Centro de Custo:	
Despesa Estimada:	

13. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

13.1. O valor estimado para aquisição dos itens é de até **R\$ 3.792.971,40** de acordo com a demanda das



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	714
Rubrica	

determinações judiciais.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- 14.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que sejam observadas as condições contratuais;
- 14.3. Aplicar as sanções, conforme previsto no termo de referência;
- 14.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos;
- 14.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 14.6. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, se for o caso, e prazo de garantia ou validade
16. **Licença Sanitária Municipal** ou, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento distribuição ou comercialização de medicamentos.
- 16.1. Prestar garantia e conforme estabelecido neste Termo de Referência;
- 16.2. A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos à Secretaria e sujeitar-se às orientações do fiscal do contrato;
- 16.3. Relatar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, irregularidades ocorridas que impeçam, altere ou retardem a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento, sem prejuízo da análise da administração e das sanções previstas;
- 16.4. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato (Art. 70 Lei 8.666/93);
- 16.5. A CONTRATADA é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes;
- 16.6. É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras;
- 16.7. É vedado à CONTRATADA utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos;
- 16.8. É vedado à CONTRATADA reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE.
- 16.9. Autorização de Funcionamento da empresa expedida pelo órgão federal competente ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União.
- 16.10. Autorização Especial de Funcionamento da empresa expedida pelo órgão federal competente ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União, no caso de cotação de medicamentos sujeitos a controle especial.
- 16.11. Certificado de Regularidade Técnica da empresa arrematante expedido pelo Conselho Regional de Farmácia



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	715
Rubrica	

competente.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

17.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes (Art. 67, §2º Lei 8.666/93);

17.3. O contrato Assinado ou a ordem de fornecimento acompanhada da Nota de Empenho constituirão documentos de autorização para a entrega dos bens;

17.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

17.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.6. A Secretaria poderá rejeitar, no todo ou em parte, se em desacordo com o Termo de Referência;

17.7. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao Objeto da presente contratação, deverão ser prontamente atendidas PELA CONTRATADA.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições do presente Contrato;

18.2. Caso os objetos contratados sejam entregues de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores desta seção:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na seção de penalidades deste Termo de Referência:

18.2.2.1. Multa moratória de 1% sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato;

18.2.2.2. Pela caracterização de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de até 20% do valor global do contrato;

18.2.2.3. Após o 11º dia de atraso, os bens poderão, a critério do CONTRATANTE, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do Contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.

18.2.3. Pela caracterização de inexecução total do objeto contratado, será aplicada multa de até 30% do valor global do contrato;

18.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	716
Rubrica	

Municipal de Maricá, por até 02 (dois) anos;

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

18.3. No caso de não recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus A CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês;

18.4. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Jornal Oficial de Maricá - JOM.

18.5. De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/93 e o artigo 7º da Lei 10.520, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

18.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. Da aplicação das penas definidas no caput e no § 1º do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis da data de intimação do ato;

18.7. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Prefeito, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

18.8. Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso;

18.9. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, no setor de protocolo do CONTRATANTE, localizado Avenida Roberto Silveira, nº 11, 3º andar – Centro – CEP: 24.900-445, nos dias úteis, das 09h às 17h;

18.10. As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2º da Lei 8.666/93).

19. TABELA DE PENALIDADES

19.1. Considerações Iniciais:

19.1.1. A advertência não é pressuposto para aplicação das outras penalidades, se as circunstâncias exigirem punição mais rigorosa. Ela será aplicada de maneira preventiva e pedagógica nas infrações de menor ofensividade e leve (Níveis 01 e 02), conforme constam nas tabelas abaixo. Essas infrações possuem as seguintes características:

19.1.1.1. Não causam prejuízo à Administração;

19.1.1.2. A CONTRATADA após a notificação diligenciará para resolver o problema, fornecer o produto ou executar o serviço.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	717
Rubrica	

19.1.1.3. Nas hipóteses em que há elementos que sugiram que A CONTRATADA corrigirá seu procedimento.

19.1.2. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Maricá poderá ser aplicada nas hipóteses previstas no Art. 88 da Lei nº 8.666/93 e também nas seguintes:

19.1.2.1. Descumprimento reiterado de obrigações fiscais;

19.1.2.2. Cometimento de infrações graves, muito graves e gravíssimas, considerando os prejuízos causados à CONTRATANTE e as circunstâncias no caso concreto.

19.1.3. Por fim, A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar o Município, sem prejuízo das multas previstas neste termo e demais cominações legais, nos seguintes casos: apresentação de documentação falsa, retardamento, falha e fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo e fraude fiscal.

19.2. Na ocorrência de infrações contratuais não especificadas na tabela 3, o fiscal/gestor do contrato utilizará como critérios o prejuízo causado ao contratante e a diligência da contratada para solucionar o problema ao enquadrá-lo em um dos níveis de criticidade especificados na tabela 2.

19.3. A multa poderá ser acumulada com quaisquer outras sanções e será aplicada na seguinte forma:

TABELA 1

INFRAÇÃO	MULTA (% sobre o valor global do contrato)
1) apresentação de documentação falsa 2) fraude na execução contratual 3) comportamento inidôneo 4) fraude fiscal 5) inexecução total do contrato	Até 30% (trinta por cento)
6) inexecução parcial 7) descumprimento de obrigação contratual	Até 20% (vinte por cento)

19.4. Além dessas, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados nas tabelas a seguir:

TABELA 2:

CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES E MULTAS

NÍVEL	CORRESPONDÊNCIA (por ocorrência sobre o valor global do contratado)
1 (menor ofensividade)	0,2%.
2 (leve)	0,4%.
3 (médio)	0,8%.
4 (grave)	1,6%.
5 (muito grave)	3,2%.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	718
Rubrica	

6 (gravíssimo)	4%.
----------------	-----

19.5. Todas as ocorrências contratuais serão registradas pelo CONTRANTE, que notificará A CONTRATADA dos registros.

TABELA 3:
INFRAÇÕES E CORRESPONDENTES NÍVEIS

INFRAÇÃO		
Item	Descrição	Nível
1	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato sem prévia e expresso acordo do CONTRATANTE.	6
2	Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras.	6
3	Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE	5
4	Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.	5
5	Deixar de relacionar-se com O CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato	3
6	Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, que inclui o atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados.	4
7	Deixar de responsabilizar-se pelos produtos e materiais entregues, assim como deixar de substituir imediatamente qualquer material ou objeto que não atenda aos critérios especificados neste termo.	6
8	Não zelar pelas instalações do CONTRATANTE	3
9	Deixar de responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço.	6
10	Deixar de responsabilizar-se pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço.	6
11	Deixar de observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.	6
12	Deixar de manter nas dependências do CONTRATANTE, os funcionários identificados e uniformizados de maneira condizente com o serviço, observando ainda as normas internas e de segurança.	2
13	Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação	6
14	Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.	2



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	719
Rubrica	

15	Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus prestadores de serviço e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros.	6
16	Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações.	4
17	Deixar de resguardar que seus funcionários cumpram as normas internas do CONTRATANTE e impedir que os que cometerem faltas a partir da classificação de natureza grave continuem na prestação dos serviços.	3
18	Deixar de assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o atendimento dos prestadores de serviço acidentados ou com mal súbito.	6
19	Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento.	5
20	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto.	5
21	Recusar fornecimento determinado pela fiscalização sem motivo justificado.	3
22	Retirar das dependências da Secretaria quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia.	3
23	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	6

20. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

20.1. A inexecução do objeto deste Termo de Referência, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;

20.2. A rescisão unilateral do CONTRATO poderá ser determinada pela Prefeitura de Maricá/RJ, de acordo com o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/1993, com as consequências elencadas no art. 80 do referido diploma legal e sem prejuízo das demais sanções impostas pela lei e por esse Termo de Referência;

20.3. Constituem motivo para rescisão do CONTRATO, todos os Incisos constantes do Artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

20.4. As formas de rescisão estão previstas no Art. 79, Incisos de I a III, da Lei nº 8.666/93;

20.5. Os casos omissos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

20.6. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

20.7. A rescisão determinada por ato unilateral e escrita pela Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XI do Art. 78, da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas nos Incisos II e IV do Art. 87, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas; nos casos previstos nos Incisos XII a XVII do Art. 78, será observado o disposto no § 2º do Art. 79;

20.8. Conforme o disposto no inciso IX do artigo 55 da Lei nº 8.666/93, a Contratada, reconhece os direitos da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 do referido dispositivo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	720
Rubrica	

legal;

20.9. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora;

20.10. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

20.11. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente; e

20.12. A rescisão determinada por ato unilateral e escrita da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, nos casos enumerados nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas no art. 87 do mesmo dispositivo legal, sem prejuízo das demais sanções previstas

20.13. A licitante vencedora terá o seu preço cancelado, a pedido, quando:

- I. Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências contratuais por ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e.
- II. O seu preço se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços da tabela Brasíndice dos itens.

20.14. A licitante vencedora terá o seu preço cancelado, por iniciativa da CONTRATANTE, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando:

- I. Não aceitar reduzir o preço, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados pela tabela Brasíndice;
- II. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- III. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- IV. não cumprir as obrigações de acordo com o contrato; e
- V. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no contrato ou nas Notas de Empenho.

21. DA APROVAÇÃO

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	
Elaborado Por,	27 de janeiro de 2021
Felipe Monteiro Coordenadoria de Administração Matricula 107547	
Autorizo e ratifico,	27 de janeiro de 2021
Simone da Costa Silva Massa Secretária de Saúde Matricula nº 106.660	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	721
Rubrica	



B – ESTIMATIVA FARMÁCIA JUDICIAL 2021

Nº	Código e-cidade	Medicamentos (LOTE 3)	Apresent.	Estimativa mensal	Estimativa anual	Preço Unitário	Total Mensal	Total Anual
1	9315	Abiraterona 250mg (Zytiga)	CP	120	1440	R\$ 70,56	R\$ 8.467,20	R\$ 101.606,40
2	4008	Acarbose 100mg (Aglucose)	Cp	120	1440	R\$ 1,37	R\$ 164,40	R\$ 1.972,80
3	1345	Acarbose 50mg (aglucose)	Cp	210	2520	R\$ 0,91	R\$ 191,10	R\$ 2.293,20
4	1538	Acetazolamida (Diamox)	Cp	180	2160	R\$ 0,28	R\$ 50,40	R\$ 604,80
5	168	Acetilcisteína 600mg /env	envelope	120	1440	R\$ 2,23	R\$ 267,60	R\$ 3.211,20
6	176	Acido Acetilsalicílico 100mg (AAS)	Cp	240	2880	R\$ 0,34	R\$ 81,60	R\$ 979,20
7	3961	Ácido acetilsalicílico tamponado 100 mg (Somalgin)	Cp	240	2880	R\$ 0,34	R\$ 81,60	R\$ 979,20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	722
Rubrica	

8	4009	Ácido tióctico 600 HR (thioctacid)	Cp	120	1440	R\$ 2,95	R\$ 354,00	R\$ 4.248,00
9	1629	Ácido Ursodesoxicólico Ursacol 150mg (ursacol)	Cp	600	7200	R\$ 2,16	R\$ 1.296,00	R\$ 15.552,00
10	514	Ácido Valpróico 250mg	Cp	60	720	R\$ 0,46	R\$ 27,60	R\$ 331,20
11	515	Ácido Valpróico 500mg	Cp	390	4680	R\$ 0,56	R\$ 218,40	R\$ 2.620,80
12	2973	Ácidos graxos+Vitamina E 100ml (Dersani)	fr	21	252	R\$ 2,73	R\$ 57,33	R\$ 687,96
13	1361	Agomelatina 25Mg (Valdoxan)	Cp	30	360	R\$ 3,99	R\$ 119,70	R\$ 1.436,40
14	9316	Alogliptina 25mg (Nesina)	Cp	60	720	R\$ 4,29	R\$ 257,40	R\$ 3.088,80
15	747	Alprazolam 0,5 mg	Cp	60	720	R\$ 0,57	R\$ 34,20	R\$ 410,40
16	1995	Alprazolam 1mg	Cp	210	2520	R\$ 1,03	R\$ 216,30	R\$ 2.595,60
17	4082	Alprazolam 2mg	Cp	120	1440	R\$ 2,51	R\$ 301,20	R\$ 3.614,40
18	4138	Amantadina 100mg	Cp	120	1440	R\$ 0,40	R\$ 48,00	R\$ 576,00
19	7811	Amisulprida 50mg	Cp	120	1440	R\$ 2,97	R\$ 356,40	R\$ 4.276,80
20	229	Amitriptilina 25mg	Cp	240	2880	R\$ 0,42	R\$ 100,80	R\$ 1.209,60
21	4010	Amitriptilina 75mg	Cp	120	1440	R\$ 1,77	R\$ 212,40	R\$ 2.548,80
22	7810	Anastrozol 1mg	Cp	120	1440	R\$ 19,77	R\$ 2.372,40	R\$ 28.468,80
23	2104	Anlodipino 10mg	Cp	300	3600	R\$ 1,09	R\$ 327,00	R\$ 3.924,00
24	293	Anlodipino 5mg	Cp	180	2160	R\$ 0,35	R\$ 63,00	R\$ 756,00
25	3952	Aripiprazol 10mg (Aristabe)	Cp	90	1080	R\$ 16,80	R\$ 1.512,00	R\$ 18.144,00
26	1338	Aripiprazol 15mg	Cp	90	1080	R\$ 21,95	R\$ 1.975,50	R\$ 23.706,00
27	2953	Arpadol 400mg (Harpagophytum)	Cp	90	1080	R\$ 1,49	R\$ 134,10	R\$ 1.609,20
28	9317	Artrogen Duo	Cp	30	360	R\$ 6,00	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
29	2106	Atenolol 25mg	Cp	480	5760	R\$ 0,36	R\$ 172,80	R\$ 2.073,60
30	1392	Atorvastatina calcica 10mg	Cp	180	2160	R\$ 1,84	R\$ 331,20	R\$ 3.974,40
31	1395	Atorvastatina calcica 20mg	Cp	120	1440	R\$ 1,84	R\$ 220,80	R\$ 2.649,60
32	1397	Atorvastatina calcica 40mg	Cp	270	3240	R\$ 3,63	R\$ 980,10	R\$ 11.761,20
33	1425	Azatioprina 50 mg	Cp	240	2880	R\$ 2,22	R\$ 532,80	R\$ 6.393,60
34	749	Baclofeno 10mg	Cp	1230	14760	R\$	R\$	R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	723
Rubrica	

						0,72	885,60	10.627,20
35	2960	Bamifilina 600 mg (Bamifix)	Cp	60	720	R\$ 1,42	R\$ 85,20	R\$ 1.022,40
36	5336	Belimumab 400mg	ampola	12	144	R\$ 1.728,82	R\$ 20.745,84	R\$ 248.950,08
37	312	Biperideno 2mg	Cp	240	2880	R\$ 0,19	R\$ 45,60	R\$ 547,20
38	8172	Bisoprolol 1,25mg	Cp	60	720	R\$ 1,63	R\$ 97,80	R\$ 1.173,60
39	5618	Bisoprolol 2,5mg	CP	60	720	R\$ 1,87	R\$ 112,20	R\$ 1.346,40
40	7793	Bisoprolol 5mg	CP	60	720	R\$ 2,28	R\$ 136,80	R\$ 1.641,60
41	9318	Bisoprolol 10mg	CP	60	720	R\$ 1,49	R\$ 89,40	R\$ 1.072,80
42	1423	Bromazepam 3Mg	Cp	210	2520	R\$ 0,35	R\$ 73,50	R\$ 882,00
43	762	Bromazepam 6Mg	Cp	240	2880	R\$ 0,54	R\$ 129,60	R\$ 1.555,20
44	314	Bromoprida	Cp	90	1080	R\$ 0,43	R\$ 38,70	R\$ 464,40
45	1432	Budesonida 32mcg (Noex)	fr	4	48	R\$ 17,72	R\$ 70,88	R\$ 850,56
46	9319	Cálcio+Vit D3+Vit K2	Cp	60	720	R\$ 2,66	R\$ 159,60	R\$ 1.915,20
47	3889	Carbonato de calcio + Vit. D 600+400	Cp	480	5760	R\$ 0,67	R\$ 321,60	R\$ 3.859,20
48	326	Carbonato de calcio 600mg + vit.D3 400UI (caltrate)	Cp	300	3600	R\$ 0,76	R\$ 228,00	R\$ 2.736,00
49	8174	Carbonato de calcio/ vit. D/ (Caldê)	Cp	60	720	R\$ 0,76	R\$ 45,60	R\$ 547,20
50	7135	Carbonato de calcio/ vit. D/ Magnésio (Caldê Mag)	Cp	120	1440	R\$ 0,75	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
51	320	Captopril 25mg	Cp	60	720	R\$ 0,94	R\$ 56,40	R\$ 676,80
52	322	Carbamazepina 200mg	Cp	390	4680	R\$ 0,38	R\$ 148,20	R\$ 1.778,40
53	1434	Carbamazepina 400mg	Cp	120	1440	R\$ 0,90	R\$ 108,00	R\$ 1.296,00
54	760	Carbamazepina 400mg (Tegretol)	Cp	180	2160	R\$ 1,42	R\$ 255,60	R\$ 3.067,20
55	321	Carbamazepina suspensão 2%	fr	12	144	R\$ 10,98	R\$ 131,76	R\$ 1.581,12
56	1420	Carvedilol 12,5mg	Cp	270	3240	R\$ 1,73	R\$ 467,10	R\$ 5.605,20
57	326	Carvedilol 25 mg	Cp	180	2160	R\$ 1,94	R\$ 349,20	R\$ 4.190,40
58	325	Carvedilol 6,25mg	Cp	60	720	R\$ 1,55	R\$ 93,00	R\$ 1.116,00
59	1437	Centrum Select (polivitaminico)	Cp	60	720	R\$ 2,68	R\$ 160,80	R\$ 1.929,60
60	4851	Centrum Select homem (polivitaminico)	Cp	60	720	R\$ 4,34	R\$ 260,40	R\$ 3.124,80



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	724
Rubrica	

61	6063	Cedraflon creme revitalizante	Frs	4	48	R\$ 147,65	R\$ 590,60	R\$ 7.087,20
62	3962	Cianocobalamina+tiamina+piridoxina (Citoneurin)	Cp	120	1440	R\$ 1,50	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
63	3006	Ciclobenzaprina 10mg (Miosan)	Cp	180	2160	R\$ 0,96	R\$ 172,80	R\$ 2.073,60
64	1440	Cilostazol 100mg	Cp	360	4320	R\$ 1,40	R\$ 504,00	R\$ 6.048,00
65	750	Cilostazol 50mg	Cp	240	2880	R\$ 0,71	R\$ 170,40	R\$ 2.044,80
66	1466	Ciprofibrato 100mg	Cp	120	1440	R\$ 1,67	R\$ 200,40	R\$ 2.404,80
67	1375	Ciproterona 50mg (Androcur)	Cp	210	2520	R\$ 3,86	R\$ 810,60	R\$ 9.727,20
68	1363	Citalopram 20mg	Cp	210	2520	R\$ 3,36	R\$ 705,60	R\$ 8.467,20
69	1480	Citidina+uridina+hidroxocobalamina (Etna)	Cp	210	2520	R\$ 1,29	R\$ 270,90	R\$ 3.250,80
70	2136	Clobazam 20mg (Frisium)	Cp	540	6480	R\$ 0,66	R\$ 356,40	R\$ 4.276,80
71	1467	Clobazam 10mg (Frisium)	Cp	720	8640	R\$ 0,35	R\$ 252,00	R\$ 3.024,00
72	347	Clonazepam 0,5mg	Cp	120	1440	R\$ 0,24	R\$ 28,80	R\$ 345,60
73	349	Clonazepam 2,5mg/ml	frs	12	144	R\$ 7,50	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
74	348	Clonazepam 2mg	Cp	450	5400	R\$ 0,39	R\$ 175,50	R\$ 2.106,00
75	350	Clonidina 0,100mg (Atensina)	Cp	120	1440	R\$ 0,14	R\$ 16,80	R\$ 201,60
76	751	Clopidogrel 75mg	Cp	330	3960	R\$ 3,10	R\$ 1.023,00	R\$ 12.276,00
77	3039	Cloreto de potássio (Slow - k)	Cp	120	1440	R\$ 0,39	R\$ 46,80	R\$ 561,60
78	1444	Clortalidona 25mg (higroton)	Cp	90	1080	R\$ 0,35	R\$ 31,50	R\$ 378,00
79	2968	Codeína 30mg	Cp	290	3480	R\$ 0,67	R\$ 194,30	R\$ 2.331,60
80	2944	Colecalciferol 1000 UI (Addera D3)	Cp	180	2160	R\$ 0,85	R\$ 153,00	R\$ 1.836,00
81	5193	Colecalciferol 2000 UI	Cp	60	720	R\$ 0,96	R\$ 57,60	R\$ 691,20
82	1500	Colecalciferol 7000 UI	Cp	40	480	R\$ 5,93	R\$ 237,20	R\$ 2.846,40
83	8175	Colecalciferol 50000 UI	Cp	6	72	R\$ 42,42	R\$ 254,52	R\$ 3.054,24
84	1417	Condroitina+ glicosamida 500/400	Cp	60	720	R\$ 1,58	R\$ 94,80	R\$ 1.137,60
85	1641	Cromoglicato de sódio 0,4% (Rilan)	FR	2	24	R\$ 24,37	R\$ 48,74	R\$ 584,88
86	8176	Cumarina + troxerrutina 15/90mg (Venalot)	Cp	120	1440	R\$ 0,98	R\$ 117,60	R\$ 1.411,20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	725
Rubrica	

87	2990	Dapagliflozina 10mg (Forxiga)	Cp	60	720	R\$ 3,08	R\$ 184,80	R\$ 2.217,60
88	5261	Dasatinibe 20mg	Cp	120	1440	R\$ 80,01	R\$ 9.601,20	R\$ 115.214,40
89	2970	Deflazacorte 30 mg	Cp	40	480	R\$ 9,09	R\$ 363,60	R\$ 4.363,20
90	2971	Deflazacorte 6 mg	Cp	40	480	R\$ 1,22	R\$ 48,80	R\$ 585,60
91	7939	Denosumabe 60mg/ml (Prolia)	Seringa	6	72	R\$ 548,02	R\$ 3.288,12	R\$ 39.457,44
92	2978	Desloratadina xarope (Desalex)	FR	5	60	R\$ 41,82	R\$ 209,10	R\$ 2.509,20
93	376	Dexametazona creme 10g	Tubo	11	132	R\$ 7,78	R\$ 85,58	R\$ 1.026,96
94	9320	Diacereina 50mg (Artrodar)	Cp	60	720	R\$ 3,22	R\$ 193,20	R\$ 2.318,40
95	384	Diazepam 10mg	Cp	300	3600	R\$ 0,10	R\$ 30,00	R\$ 360,00
96	1540	Diltiazem 60mg	Cp	210	2520	R\$ 0,59	R\$ 123,90	R\$ 1.486,80
97	5444	Diosmina + hesperidina 450/50mg (flavonid)	Sachê	330	3960	R\$ 1,72	R\$ 567,60	R\$ 6.811,20
98	1469	Diosmina + hesperidina 1000 mg (Diosmin)	Sachê	150	1800	R\$ 3,01	R\$ 451,50	R\$ 5.418,00
99	9321	Diosmina + hesperidina 1000 mg (Daflom)	Cp	60	720	R\$ 2,44	R\$ 146,40	R\$ 1.756,80
100	410	Dipirona 500mg	Cp	480	5760	R\$ 0,41	R\$ 196,80	R\$ 2.361,60
101	412	Dipirona gotas	FRS	6	72	R\$ 3,18	R\$ 19,08	R\$ 228,96
102	1463	Divalproato de sódio 250mg (Depakote)	Cp	60	720	R\$ 1,02	R\$ 61,20	R\$ 734,40
103	1464	Divalproato de sódio 500mg	Cp	480	5760	R\$ 1,91	R\$ 916,80	R\$ 11.001,60
104	4098	Dobesilato Cálcio 500mg (dobeven)	Cp	60	720	R\$ 1,34	R\$ 80,40	R\$ 964,80
105	756	Domperidona 10mg (Motilium)	Cp	180	2160	R\$ 0,35	R\$ 63,00	R\$ 756,00
106	1474	Domperidona 1mg/ml	Fr	15	180	R\$ 22,24	R\$ 333,60	R\$ 4.003,20
107	1477	Doxasozina 2mg (Duomo)	Cp	120	1440	R\$ 1,52	R\$ 182,40	R\$ 2.188,80
108	2983	Duloxetina 60mg (velija)	Cp	210	2520	R\$ 4,40	R\$ 924,00	R\$ 11.088,00
109	7794	Duloxetina 30mg (velija)	Cp	60	720	R\$ 1,26	R\$ 75,60	R\$ 907,20
110	4085	Dutasterida + Tansulosina (0,4+0,5) Combodart	Cp	180	2160	R\$ 2,21	R\$ 397,80	R\$ 4.773,60
111	5562	Empagliflozina 25mg (Jardiance)	Cp	120	1440	R\$ 4,43	R\$ 531,60	R\$ 6.379,20
112	1479	Enalapril 10mg	Cp	450	5400	R\$ 0,80	R\$ 360,00	R\$ 4.320,00
113	416	Enalapril 20mg	Cp	120	1440	R\$	R\$	R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	726
Rubrica	

						1,21	145,20	1.742,40
114	415	Enalapril 5mg	Cp	90	1080	R\$ 0,47	R\$ 42,30	R\$ 507,60
115	2632	Enoxaparina 20mg (Seringa Preenchida)	Seringa	60	720	R\$ 16,80	R\$ 1.008,00	R\$ 12.096,00
116	418	Enoxaparina 40mg (Seringa Preenchida)	Seringa	120	1440	R\$ 32,65	R\$ 3.918,00	R\$ 47.016,00
117	4580	Enoxaparina 80mg (Seringa Preenchida)	Seringa	60	720	R\$ 66,36	R\$ 3.981,60	R\$ 47.779,20
118	419	Epipen Pack auto injetor 0,15ml (epinefrina)	Seringa	4	48	R\$ 1.797,25	R\$ 7.189,00	R\$ 86.268,00
119	3964	Escitalopram 10mg	Cp	60	720	R\$ 4,31	R\$ 258,60	R\$ 3.103,20
120	236	Espiro lactona 25mg	Cp	210	2520	R\$ 0,61	R\$ 128,10	R\$ 1.537,20
121	1639	Ezetimiba + sinvastatina 10/20 mg (Zetsim)	Cp	150	1800	R\$ 2,68	R\$ 402,00	R\$ 4.824,00
122	252	Fenitoina 100mg (Hidantal)	Cp	240	2880	R\$ 0,15	R\$ 36,00	R\$ 432,00
123	1482	Fenobarbital 100mg	Cp	270	3240	R\$ 0,16	R\$ 43,20	R\$ 518,40
124	258	Fenobarbital 4% gotas	Cp	5	60	R\$ 3,27	R\$ 16,35	R\$ 196,20
125	9322	Fexofedina, cloridrato 180mg (Allegra)	Cp	120	1440	R\$ 5,28	R\$ 633,60	R\$ 7.603,20
126	1484	Finasterida 5mg	Cp	90	1080	R\$ 2,77	R\$ 249,30	R\$ 2.991,60
127	266	Fluoxetina 20mg	Cp	480	5760	R\$ 0,85	R\$ 408,00	R\$ 4.896,00
128	5161	Fluticasona 27,5mcg Spray nasal (Avamys)	Fr	2	24	R\$ 2,77	R\$ 5,54	R\$ 66,48
129	2958	Fluticasona 250mcg Spray nasal	Fr	2	24	R\$ 62,50	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00
130	5868	Forfig 100mg	CP	60	720	R\$ 4,05	R\$ 243,00	R\$ 2.916,00
131	1365	Formoterol+budesonida 12/400mg (Foraseq ou Alênia)	caps	360	4320	R\$ 1,01	R\$ 363,60	R\$ 4.363,20
132	4132	Furoato de Mometasona 400mg (Oximax) Nasal	FRs	2	24	R\$ 48,84	R\$ 97,68	R\$ 1.172,16
133	269	Furosemida 40mg	Cp	150	1800	R\$ 0,32	R\$ 48,00	R\$ 576,00
134	1488	Gabapentina 300mg	Cp	510	6120	R\$ 0,91	R\$ 464,10	R\$ 5.569,20
135	5162	Gardenal 100mg	Caps	90	1080	R\$ 0,25	R\$ 22,50	R\$ 270,00
136	4137	Galantamina 8mg	Cp	60	720	R\$ 5,17	R\$ 310,20	R\$ 3.722,40
137	271	Glibenclamida 5mg	Cp	60	720	R\$ 0,20	R\$ 12,00	R\$ 144,00
138	2979	Gliclazida 30 mg MR (Azucon)	Cp	240	2880	R\$ 0,66	R\$ 158,40	R\$ 1.900,80
139	272	Gliclazida MR 60mg (Diamicon)	Cp	270	3240	R\$ 1,45	R\$ 391,50	R\$ 4.698,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	727
Rubrica	

140	9324	Glicopirrônio 50mcg (Seebri)	Cp	60	720	R\$ 3,32	R\$ 199,20	R\$ 2.390,40
141	1427	Glicosamina 1,5 g	Sachê	150	1800	R\$ 4,24	R\$ 636,00	R\$ 7.632,00
142	2955	Glicosamina+condroitina 1,5gr+1,2g(Condroflex)	sachê	420	5040	R\$ 4,71	R\$ 1.978,20	R\$ 23.738,40
143	753	Glimepirida 2mg	Cp	180	2160	R\$ 0,88	R\$ 158,40	R\$ 1.900,80
144	286	Haloperidol 5mg	Cp	90	1080	R\$ 0,17	R\$ 15,30	R\$ 183,60
145	2948	Hidralazina 50mg (Apressolina)	Cp	120	1440	R\$ 0,26	R\$ 31,20	R\$ 374,40
146	298	Hidroclorotiazida 25mg	Cp	300	3600	R\$ 0,12	R\$ 36,00	R\$ 432,00
147	3929	Hidróxido de Alumínio	Frs	4	48	R\$ 17,65	R\$ 70,60	R\$ 847,20
148	3946	Hidróxido de Alumínio/Magnésio/Dimeticona	Frs	2	24	R\$ 21,27	R\$ 42,54	R\$ 510,48
149	9325	Hilano G-H 20 (Synvisc)	ampola	4	48	R\$ 563,35	R\$ 2.253,40	R\$ 27.040,80
150	7337	Ibandronato de Sódio 150mg	Cp	1	12	R\$ 79,17	R\$ 79,17	R\$ 950,04
151	9326	Indacaterol 300mg	Cp	60	720	R\$ 2,56	R\$ 153,60	R\$ 1.843,20
152	1503	Indapamida 1,5mg	Cp	150	1800	R\$ 2,38	R\$ 357,00	R\$ 4.284,00
153	5163	Indacaterol + glicopirrônio 110/50 mcg (Ultibro)	Cps	60	720	R\$ 5,19	R\$ 311,40	R\$ 3.736,80
154	1504	Ipratrópio 0,25mg/ml (Atrovent)	Frs	4	48	R\$ 12,33	R\$ 49,32	R\$ 591,84
155	2950	Irbesartana 300 mg	Cp	60	720	R\$ 2,45	R\$ 147,00	R\$ 1.764,00
156	3938	Lacosamida 100mg (Vimpat)	Cp	120	1440	R\$ 3,31	R\$ 397,20	R\$ 4.766,40
157	2998	Lactulose 667 mg/ml	Frs	7	84	R\$ 24,02	R\$ 168,14	R\$ 2.017,68
158	1508	Lamotrigina 100mg	Cp	570	6840	R\$ 1,37	R\$ 780,90	R\$ 9.370,80
159	4136	Lamotrigina 50mg	Cp	150	1800	R\$ 0,78	R\$ 117,00	R\$ 1.404,00
160	1507	Lamotrigina 25mg	Cp	120	1440	R\$ 0,60	R\$ 72,00	R\$ 864,00
161	3015	Levanlodipino 2,5mg (Novanlo)	Cp	180	2160	R\$ 1,04	R\$ 187,20	R\$ 2.246,40
162	4578	Levetiracetam 750mg (Keppra)	Cp	90	1080	R\$ 5,31	R\$ 477,90	R\$ 5.734,80
163	5415	Levetiracetam 250mg (Keppra)	Cp	90	1080	R\$ 1,27	R\$ 114,30	R\$ 1.371,60
164	195	Levetiracetam 1000mg (Keppra)	Cp	90	1080	R\$ 5,61	R\$ 504,90	R\$ 6.058,80
165	1633	Levodopa200mg + benzerazida 50mg	Cp	180	2160	R\$ 0,88	R\$ 158,40	R\$ 1.900,80



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	728
Rubrica	

166	195	Levodopa100mg + benzerazida 25mg	Cp	120	1440	R\$ 0,56	R\$ 67,20	R\$ 806,40
167	207	Levomepromazina 100 mg	Cp	120	1440	R\$ 0,65	R\$ 78,00	R\$ 936,00
168	208	Levomepromazina 25mg (Levozine)	Cp	90	1080	R\$ 2,82	R\$ 253,80	R\$ 3.045,60
169	9327	Levotiroxina 38mg (Puran T4)	Cp	90	1080	R\$ 0,19	R\$ 17,10	R\$ 205,20
170	1581	Levotiroxina 112mg (Puran T4)	Cp	90	1080	R\$ 0,44	R\$ 39,60	R\$ 475,20
171	7796	Lidocaína (Toperma)	Adesivos	60	720	R\$ 7,71	R\$ 462,60	R\$ 5.551,20
172	218	Lidocaina Gel	Tubo	47	564	R\$ 69,21	R\$ 3.252,87	R\$ 39.034,44
173	1998	Linagliptina 5mg (Trayenta)	Cp	120	1440	R\$ 4,41	R\$ 529,20	R\$ 6.350,40
174	9328	Lisado Bacteriano 7mg	Cp	80	960	R\$ 4,30	R\$ 344,00	R\$ 4.128,00
175	225	Losartana 50mg	Cp	630	7560	R\$ 0,90	R\$ 567,00	R\$ 6.804,00
176	1612	Macrogol+bicarb.sódio+cloreto Potássio (Muvinalx)	Sachê	60	720	R\$ 0,90	R\$ 54,00	R\$ 648,00
177	2988	Meloxicam 15mg	Cp	90	1080	R\$ 2,50	R\$ 225,00	R\$ 2.700,00
178	1368	Memantina 10mg	Cp	210	2520	R\$ 3,75	R\$ 787,50	R\$ 9.450,00
179	1492	Metformina 500mg (Glifage XR)	Cp	480	5760	R\$ 0,25	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
180	249	Metformina 850mg	Cp	390	4680	R\$ 0,34	R\$ 132,60	R\$ 1.591,20
181	1597	Metilfenidato 10mg (Ritalina)	Cp	150	1800	R\$ 1,89	R\$ 283,50	R\$ 3.402,00
182	4577	Metilfenidato LA 40mg (Ritalina)	Cp	120	1440	R\$ 5,58	R\$ 669,60	R\$ 8.035,20
183	421	Metoclopramina 10mg (Plasil)	Cp	60	720	R\$ 0,27	R\$ 16,20	R\$ 194,40
184	3034	Metoprolol 25mg (Selozok)	Cp	90	1080	R\$ 0,51	R\$ 45,90	R\$ 550,80
185	3035	Metoprolol 50mg	Cp	150	1800	R\$ 1,04	R\$ 156,00	R\$ 1.872,00
186	1554	Metotrexato 2,5mg	Cp	24	288	R\$ 48,00	R\$ 1.152,00	R\$ 13.824,00
187	3016	Montelucaste de sódio 10mg (Montelair)	Cp	60	720	R\$ 2,48	R\$ 148,80	R\$ 1.785,60
188	3010	Nebivolol 5mg (Nebilet)	Cp	60	720	R\$ 2,16	R\$ 129,60	R\$ 1.555,20
189	436	Neomicina creme 10g	Tubo	10	120	R\$ 9,95	R\$ 99,50	R\$ 1.194,00
190	440	Nifedipino 20mg	Cp	90	1080	R\$ 3,01	R\$ 270,90	R\$ 3.250,80
191	2137	Nifedipino 60 mg (Adalat)	Cp	60	720	R\$ 5,42	R\$ 325,20	R\$ 3.902,40
192	441	Nimodipino 30mg	Cp	210	2520	R\$	R\$	R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	729
Rubrica	

						1,04	218,40	2.620,80
193	3482	Nistatina + Oxido de Zinco pom.	Tubo	6	72	R\$ 27,47	R\$ 164,82	R\$ 1.977,84
194	444	Nistatina Creme	Tubo	5	60	R\$ 14,02	R\$ 70,10	R\$ 841,20
195	758	Nitrazepam 5mg	Cp	120	1440	R\$ 0,11	R\$ 13,20	R\$ 158,40
196	3956	Nitrendipino 20mg (Caltren)	Cp	120	1440	R\$ 1,43	R\$ 171,60	R\$ 2.059,20
197	1563	Olanzapina 10mg	Cp	150	1800	R\$ 10,29	R\$ 1.543,50	R\$ 18.522,00
198	1818	Olanzapina 5mg	Cp	90	1080	R\$ 5,15	R\$ 463,50	R\$ 5.562,00
199	455	Óleo Mineral	Frs	5	60	R\$ 7,30	R\$ 36,50	R\$ 438,00
200	1562	Olmesartana 20mg	Cp	90	1080	R\$ 2,47	R\$ 222,30	R\$ 2.667,60
201	3063	Omalizumabe150mg (Xolair)	ampola	10	120	R\$ 1.581,29	R\$ 15.812,90	R\$ 189.754,80
202	2961	Olmesartana 40mg (Benicar)	Cp	150	1800	R\$ 2,84	R\$ 426,00	R\$ 5.112,00
203	456	Omeprazol 20mg	Cp	450	5400	R\$ 0,59	R\$ 265,50	R\$ 3.186,00
204	3017	Omeprazol 40mg	Cp	120	1440	R\$ 2,25	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
205	1521	Orlistat 120mg (Lipblok)	Cp	180	2160	R\$ 2,95	R\$ 531,00	R\$ 6.372,00
206	754	Oxcarbamazepina 300mg	Cp	270	3240	R\$ 0,99	R\$ 267,30	R\$ 3.207,60
207	1571	Oxcarbamazepina 600mg	Cp	510	6120	R\$ 1,87	R\$ 953,70	R\$ 11.444,40
208	1569	Oxibutinina 5mg (Retemic)	Cp	600	7200	R\$ 0,52	R\$ 312,00	R\$ 3.744,00
209	3021	Pantoprazol 20mg	Cp	120	1440	R\$ 1,45	R\$ 174,00	R\$ 2.088,00
210	1574	Pantoprazol 40mg	Cp	90	1080	R\$ 4,20	R\$ 378,00	R\$ 4.536,00
211	2660	Paracetamol 750mg	Cp	120	1440	R\$ 0,53	R\$ 63,60	R\$ 763,20
212	1632	Paracetamol+codeína 500/300mg (Tylen)	Cp	210	2520	R\$ 1,36	R\$ 285,60	R\$ 3.427,20
213	1572	Paroxetina 20mg	Cp	210	2520	R\$ 2,69	R\$ 564,90	R\$ 6.778,80
214	466	Pentoxifilina 400mg	Cp	150	1800	R\$ 1,10	R\$ 165,00	R\$ 1.980,00
215	1605	Periciazina 4%	Frs	60	720	R\$ 11,13	R\$ 667,80	R\$ 8.013,60
216	9329	Piridostigmina 60mg (Mestion)	Cps	150	1800	R\$ 0,43	R\$ 64,50	R\$ 774,00
217	3023	Pioglitazona 30mg	Cp	60	720	R\$ 6,33	R\$ 379,80	R\$ 4.557,60
218	1577	Pramiprexol 0,125mg	Cp	60	720	R\$ 0,90	R\$ 54,00	R\$ 648,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	730
Rubrica	

219	7802	<i>Pramiprexol 0,750mg</i>	<i>Cp</i>	60	720	R\$ 4,65	R\$ 279,00	R\$ 3.348,00
220	9330	Prasugrel 10mg	Cp	60	720	R\$ 5,80	R\$ 348,00	R\$ 4.176,00
221	2662	Prednisona 5mg	Cp	90	1080	R\$ 0,48	R\$ 43,20	R\$ 518,40
222	1997	<i>Pregabalina 150mg (Lyrica)</i>	<i>Cp</i>	390	4680	R\$ 4,38	R\$ 1.708,20	R\$ 20.498,40
223	1522	<i>Pregabalina 75mg</i>	<i>Cp</i>	300	3600	R\$ 1,86	R\$ 558,00	R\$ 6.696,00
224	475	Prometazina 25mg (Fernegan)	<i>Cp</i>	210	2520	R\$ 0,38	R\$ 79,80	R\$ 957,60
225	477	Propafenona 300 mg (Ritmonorm)	Cp	150	1800	R\$ 1,77	R\$ 265,50	R\$ 3.186,00
226	479	Propranolol 40mg	Cp	120	1440	R\$ 0,25	R\$ 30,00	R\$ 360,00
227	3024	Protetor solar PHOTODERM MAX FLUIDO FPS 100	Fr	3	36	R\$ 211,35	R\$ 634,05	R\$ 7.608,60
228	3025	Protetor solar PHOTODERM MAX FLUIDO FPS 60	Fr	4	48	R\$ 211,35	R\$ 845,40	R\$ 10.144,80
229	3026	Protovit plus	Fr	6	72	R\$ 10,87	R\$ 65,22	R\$ 782,64
230	1580	<i>Quetiapina 100mg</i>	<i>Cp</i>	150	1800	R\$ 4,40	R\$ 660,00	R\$ 7.920,00
231	9331	<i>Quetiapina 50mg</i>	<i>Cp</i>	90	1080	R\$ 1,83	R\$ 164,70	R\$ 1.976,40
232	1579	<i>Quetiapina 25mg</i>	<i>Cp</i>	360	4320	R\$ 1,32	R\$ 475,20	R\$ 5.702,40
233	9332	Ramipril 5mg	Cp	60	720	R\$ 2,30	R\$ 138,00	R\$ 1.656,00
234	1548	Ranitidina Suspensão	Fr	13	156	R\$ 20,10	R\$ 261,30	R\$ 3.135,60
235	1582	<i>Risperidona 1mg</i>	<i>Cp</i>	360	4320	R\$ 1,35	R\$ 486,00	R\$ 5.832,00
236	1583	<i>Risperidona 2mg</i>	<i>Cp</i>	180	2160	R\$ 1,10	R\$ 198,00	R\$ 2.376,00
237	1584	<i>Risperidona 3mg</i>	<i>Cp</i>	90	1080	R\$ 0,90	R\$ 81,00	R\$ 972,00
238	3061	Rivaroxabana 15mg	Cp	90	1080	R\$ 5,43	R\$ 488,70	R\$ 5.864,40
239	3062	Rivaroxabana 20mg	Cp	240	2880	R\$ 5,43	R\$ 1.303,20	R\$ 15.638,40
240	1586	Rosuvastatina 10mg	Cp	120	1440	R\$ 2,37	R\$ 284,40	R\$ 3.412,80
241	1817	Rosuvastatina 20mg	Cp	240	2880	R\$ 4,15	R\$ 996,00	R\$ 11.952,00
242	1587	Rosuvastatina 40mg	Cp	120	1440	R\$ 6,35	R\$ 762,00	R\$ 9.144,00
243	9333	Sacubitril+ Valsartana 49/51mg (Entresto)	Cp	90	1080	R\$ 2,98	R\$ 268,20	R\$ 3.218,40
244	489	Salbutamol 100mcg (Aerolin)	Fr	2	24	R\$ 29,57	R\$ 59,14	R\$ 709,68
245	3037	<i>Sertralina 100mg</i>	<i>Cp</i>	150	1800	R\$	R\$	R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	731
Rubrica	

						2,35	352,50	4.230,00
246	491	Sertralina 50mg	Cp	210	2520	R\$ 1,24	R\$ 260,40	R\$ 3.124,80
247	1600	Sertralina 25mg	Cp	180	2160	R\$ 0,98	R\$ 176,40	R\$ 2.116,80
248	3038	Simeticona 15ml	Fr	5	60	R\$ 10,87	R\$ 54,35	R\$ 652,20
249	493	Sinvastatina 20mg	Cp	660	7920	R\$ 1,32	R\$ 871,20	R\$ 10.454,40
250	494	Sinvastatina 40mg	Cp	210	2520	R\$ 1,20	R\$ 252,00	R\$ 3.024,00
251	1616	Sitagliptina 100mg (Januvia)	Cp	210	2520	R\$ 4,75	R\$ 997,50	R\$ 11.970,00
252	1615	Sitagliptina 25mg (Januvia)	Cp	120	1440	R\$ 1,18	R\$ 141,60	R\$ 1.699,20
253	3000	Sitagliptina+ metformina 50/500mg (Janumet)	Cp	60	720	R\$ 2,36	R\$ 141,60	R\$ 1.699,20
254	1617	Sitagliptina+ metformina 50/850mg (Janumet)	Cp	60	720	R\$ 2,36	R\$ 141,60	R\$ 1.699,20
255	3056	Solifenacina 10mg (vesicare)	Cp	60	720	R\$ 1,20	R\$ 72,00	R\$ 864,00
256	3056	Solifenacina 5mg	Cp	60	720	R\$ 3,18	R\$ 190,80	R\$ 2.289,60
257	1610	Sorbitol+laurisulfato de sódio (Minilax) 6,5g	bisnaga	30	360	R\$ 20,57	R\$ 617,10	R\$ 7.405,20
258	354	Soro fisiológico 0,9% 500ml	Unidade	28	336	R\$ 4,49	R\$ 125,72	R\$ 1.508,64
259	5296	Sotalol 160mg (Sotacor)	Cp	60	720	R\$ 2,48	R\$ 148,80	R\$ 1.785,60
260	3954	Sotalol 120mg (Sotacor)	Cp	60	720	R\$ 1,11	R\$ 66,60	R\$ 799,20
261	3487	Sulfadiazina de prata	Unidade	2	24	R\$ 66,03	R\$ 132,06	R\$ 1.584,72
262	503	Sulfametoxazol trimetoprina 400/80mg (Bactrim)	Cp	120	1440	R\$ 0,74	R\$ 88,80	R\$ 1.065,60
263	3027	Sulfato de Hidroxicloroquina 400mg (Reuquinol)	Cp	240	2880	R\$ 1,56	R\$ 374,40	R\$ 4.492,80
264	9343	Sulfato ferroso + Ácido fólico 150/5mg (Folifer)	Cp	60	720	R\$ 2,07	R\$ 124,20	R\$ 1.490,40
265	1590	Propatilnitrato 10mg (Sustrate)	Cp	600	7200	R\$ 0,30	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
266	3923	Tansulosina 0,4mg	Cp	90	1080	R\$ 4,49	R\$ 404,10	R\$ 4.849,20
267	9334	Tadanafla 5mg	CP	60	720	R\$ 8,56	R\$ 513,60	R\$ 6.163,20
268	3046	Tenoxicam 20mg (Tilatil)	Cp	120	1440	R\$ 2,43	R\$ 291,60	R\$ 3.499,20
269	1591	TiboLona 2,5 mg	Cp	60	720	R\$ 1,59	R\$ 95,40	R\$ 1.144,80
270	1592	Ticlopidina 250mg	Cp	120	1440	R\$ 2,07	R\$ 248,40	R\$ 2.980,80
271	9335	Timomodulina 10mg (Leucogen)	Cp	60	720	R\$ 4,03	R\$ 241,80	R\$ 2.901,60



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	732
Rubrica	

272	1453	Tiocolchicosídeo 4mg (Coltrax)	Cp	60	720	R\$ 1,46	R\$ 87,60	R\$ 1.051,20
273	1557	Tioridazina 100mg (melleril)	Cp	150	1800	R\$ 0,91	R\$ 136,50	R\$ 1.638,00
274	1816	Tioridazina 50mg	Cp	120	1440	R\$ 0,50	R\$ 60,00	R\$ 720,00
275	3041	Tiotrópio brometo 2,5mcg (Spiriva Respimat)	frs	4	48	R\$ 201,93	R\$ 807,72	R\$ 9.692,64
276	4139	Tizanidina 2mg	Cp	150	1800	R\$ 0,95	R\$ 142,50	R\$ 1.710,00
277	1595	Topiramato 100mg	Cp	150	1800	R\$ 3,19	R\$ 478,50	R\$ 5.742,00
278	1594	Topiramato 50mg	Cp	210	2520	R\$ 0,60	R\$ 126,00	R\$ 1.512,00
279	1374	Topiramato 25mg	Cp	120	1440	R\$ 0,74	R\$ 88,80	R\$ 1.065,60
280	1819	Tramadol 100mg	Cp	300	3600	R\$ 1,05	R\$ 315,00	R\$ 3.780,00
281	510	Tramadol 50mg	Cp	540	6480	R\$ 2,07	R\$ 1.117,80	R\$ 13.413,60
282	2981	Trazodona 100mg (Donaren)	Cp	90	1080	R\$ 1,05	R\$ 94,50	R\$ 1.134,00
283	1475	Trazodona 50mg (Donaren)	Cp	90	1080	R\$ 0,52	R\$ 46,80	R\$ 561,60
284	1637	Trimetazidina 35mg MR (Vastarel)	Cp	180	2160	R\$ 1,32	R\$ 237,60	R\$ 2.851,20
285	2977	Valproato de sódio 500mg (Depakene)	Cp	240	2880	R\$ 0,78	R\$ 187,20	R\$ 2.246,40
286	2975	Valproato de sódio 250/5ml 100ml	FR	18	216	R\$ 4,58	R\$ 82,44	R\$ 989,28
287	1471	Valsartana 160mg	Cp	120	1440	R\$ 2,02	R\$ 242,40	R\$ 2.908,80
288	1472	Valsartana 320mg	Cp	180	2160	R\$ 1,94	R\$ 349,20	R\$ 4.190,40
289	518	Varfarina 5mg	Cp	180	2160	R\$ 0,46	R\$ 82,80	R\$ 993,60
290	1367	Venlafaxina 150mg	Cp	150	1800	R\$ 2,12	R\$ 318,00	R\$ 3.816,00
291	1366	Venlafaxina 75mg	Cp	210	2520	R\$ 1,50	R\$ 315,00	R\$ 3.780,00
292	521	Verapamil 80mg	Cp	60	720	R\$ 0,48	R\$ 28,80	R\$ 345,60
293	9335	Vigabatrina 500mg	Cp	90	1080	R\$ 2,38	R\$ 214,20	R\$ 2.570,40
294	7805	Vildagliptina 50mg (Galvus)	Cp	120	1440	R\$ 1,82	R\$ 218,40	R\$ 2.620,80
295	9336	Vimocetina 5mg (Vicog)	Cp	30	360	R\$ 1,99	R\$ 59,70	R\$ 716,40
296	524	Vitamina C	Cp	180	2160	R\$ 0,66	R\$ 118,80	R\$ 1.425,60
297	2989	Vitamina D	fr	3	36	R\$ 42,41	R\$ 127,23	R\$ 1.526,76
298	3936	Vitamina E	Cp	120	1440	R\$	R\$	R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	733
Rubrica	

						0,88	105,60	1.267,20
		Insulinas (medicamentos lote3)						
299	1619	Insulina Asparte (Novorapid) flexpen	Caneta	65	780	R\$ 70,22	R\$ 4.564,30	R\$ 54.771,60
300	3943	Insulina Degludeca (Tresiba) Flex pen	Caneta	20	240	R\$ 91,63	R\$ 1.832,60	R\$ 21.991,20
301	1618	Insulina Detemir (Levemir)	Caneta	6	72	R\$ 54,84	R\$ 329,04	R\$ 3.948,48
302	1621	Insulina Glargina (Lantus) 10ml	FR	35	420	R\$ 237,09	R\$ 8.298,15	R\$ 99.577,80
303	1620	Insulina Glargina (Lantus) 3ml	Refil	55	660	R\$ 75,82	R\$ 4.170,10	R\$ 50.041,20
304	4581	Insulina Glargina (Lantus) caneta+ refil 3ml	caneta	30	360	R\$ 162,05	R\$ 4.861,50	R\$ 58.338,00
305	1622	Insulina Lispro (Humalog) 3ml	FR	20	240	R\$ 67,56	R\$ 1.351,20	R\$ 16.214,40
306	2851	liraglutida (Victoza)	Caneta	20	240	R\$ 146,10	R\$ 2.922,00	R\$ 35.064,00
		Insumos (lote 1)						
307	5174	Agulha NovoFine 4mm (cx c/ 100)	CX	8	96	R\$ 208,89	R\$ 1.671,12	R\$ 20.053,44
308	5606	Agulha NovoFine 5mm (cx c/ 100)	CX	8	96	R\$ 188,73	R\$ 1.509,84	R\$ 18.118,08
309	5175	Agulha NovoFine 6mm (cx c/ 100)	CX	6	72	R\$ 181,72	R\$ 1.090,32	R\$ 13.083,84
310	5177	Agulha NovoFine 8mm (cx c/ 100)	CX	18	216	R\$ 178,00	R\$ 3.204,00	R\$ 38.448,00
311	3937	Álcool 70 1L	Fr	16	192	R\$ 10,86	R\$ 173,76	R\$ 2.085,12
312	573	Algodão rolo 500g	Unidade	4	48	R\$ 16,90	R\$ 67,60	R\$ 811,20
313	640	Atadura 15cm (pct c/12)	PCT	9	108	R\$ 6,62	R\$ 59,58	R\$ 714,96
314	1324	Bolsa coletora de urina (perna)	Unidade	30	360	R\$ 5,53	R\$ 165,90	R\$ 1.990,80
315	9337	Placa de Colostomia	Unidade	20	240	R\$ 11,96	R\$ 239,20	R\$ 2.870,40
316	9338	Bolsa colostomia 2 peças 38mm	Unidade	8	96	R\$ 2,78	R\$ 22,24	R\$ 266,88
317	1292	Bottom gastrotomia tipo balão N°18/ 1,5cm	Unidade	2	24	R\$ 2.986,91	R\$ 5.973,82	R\$ 71.685,84
318	9339	Bottom gastronomia tipo balão N°20/ 2,7cm	Unidade	2	24	R\$ 2.986,91	R\$ 5.973,82	R\$ 71.685,84
319	1293	Bottom gastrotomia tipo balão N°24/ 2,5cm	Unidade	2	24	R\$ 2.986,91	R\$ 5.973,82	R\$ 71.685,84
320	6064	Braçadeira de compressão Sigvares	Unidade	2	24	R\$ 410,00	R\$ 820,00	R\$ 9.840,00
321	663	Coletor urina sistema aberto	Unidade	150	1800	R\$ 4,92	R\$ 738,00	R\$ 8.856,00
322	3068	Condom coletor com camisinha	Unidade	120	1440	R\$ 2,37	R\$ 284,40	R\$ 3.412,80



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	734
Rubrica	

323	4567	Esparradrapo Micropore	Unidade	20	240	R\$ 8,86	R\$ 177,20	R\$ 2.126,40
324	2910	Fitas HGT On call Plus	Unidade	7000	84000	R\$ 2,31	R\$ 16.170,00	R\$ 194.040,00
325	2911	Fixador para canula de traqueostomia	Unidade	60	720	R\$ 21,63	R\$ 1.297,80	R\$ 15.573,60
326	665	Gaze estéril (pacote c/10)	PCT	240	2880	R\$ 0,87	R\$ 208,80	R\$ 2.505,60
327	3069	Gaze estéril alcochoado 10x15	Unidade	60	720	R\$ 32,60	R\$ 1.956,00	R\$ 23.472,00
328	666	Gaze não estéril (pacote c/ 500)	PCT	11	132	R\$ 13,40	R\$ 147,40	R\$ 1.768,80
329	9340	Kit extensores p/ conexão em sonda	Unidade	4	48	R\$ 325,50	R\$ 1.302,00	R\$ 15.624,00
330	1298	Lanceta	Unidade	2300	27600	R\$ 1,25	R\$ 2.875,00	R\$ 34.500,00
331	2052	Luva estéril nº 8	Unidade	120	1440	R\$ 2,29	R\$ 274,80	R\$ 3.297,60
332	714	Luva Procedimento G (cx c/100)	cx	5	60	R\$ 38,27	R\$ 191,35	R\$ 2.296,20
333	2054	Luva Procedimento M (cx c/100)	cx	6	72	R\$ 34,71	R\$ 208,26	R\$ 2.499,12
334	3071	Meia sigvares média Compressão 3/4	Par	3	36	R\$ 93,22	R\$ 279,66	R\$ 3.355,92
335	7079	Meia Calça sigvares média Compressão	Unidade	3	36	R\$ 400,50	R\$ 1.201,50	R\$ 14.418,00
336	4135	Sabonete Soapex bactericida líquido	Unidade	12	144	R\$ 31,23	R\$ 374,76	R\$ 4.497,12
337	2068	Seringa 10ml	Unidade	150	1800	R\$ 0,53	R\$ 79,50	R\$ 954,00
338	1313	Seringa 60 c/ bico para alimentação	Unidade	150	1800	R\$ 4,72	R\$ 708,00	R\$ 8.496,00
339	2870	Seringa Ultrafine II 100UI	Unidade	950	11400	R\$ 5,41	R\$ 5.139,50	R\$ 61.674,00
340	2871	Seringa Ultrafine II BD 30UI	Unidade	780	9360	R\$ 5,70	R\$ 4.446,00	R\$ 53.352,00
341	3731	Sonda Foley nº 24	Unidade	8	96	R\$ 8,82	R\$ 70,56	R\$ 846,72
342	2074	Sonda de Aspiração Traqueal nº6	Unidade	180	2160	R\$ 2,74	R\$ 493,20	R\$ 5.918,40
343	2075	Sonda de Aspiração Traqueal nº8	Unidade	120	1440	R\$ 2,74	R\$ 328,80	R\$ 3.945,60
344	2077	Sonda de Aspiração Traqueal nº12	Unidade	120	1440	R\$ 2,74	R\$ 328,80	R\$ 3.945,60
345	2736	Sonda Uretral nº 6	Unidade	120	1440	R\$ 1,88	R\$ 225,60	R\$ 2.707,20
346	1314	Sonda Uretral nº 8	Unidade	120	1440	R\$ 1,88	R\$ 225,60	R\$ 2.707,20
347	1316	Sonda Uretral nº 10	Unidade	300	3600	R\$ 1,88	R\$ 564,00	R\$ 6.768,00
348	1318	Sonda Uretral nº 12	Unidade	1290	15480	R\$ 1,88	R\$ 2.425,20	R\$ 29.102,40
349	2741	Sonda Uretral nº 16	Unidade	120	1440	R\$	R\$	R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	735
Rubrica	

			e			1,88	225,60	2.707,20
		Colírios (medicamentos lote 3)						
350	1545	Bimaprosta+Timolol 0,5% (Ganfort)	FR	2	24	R\$ 105,65	R\$ 211,30	R\$ 2.535,60
351	1561	Bimatoprost 0,03% (Lumigan)	FR	10	120	R\$ 104,09	R\$ 1.040,90	R\$ 12.490,80
352	2838	Bimatoprost 0,01% (Lumigan RC)	FR	12	144	R\$ 104,09	R\$ 1.249,08	R\$ 14.988,96
353	1370	Brimonidina 0,1% (Alphagan Z)	FR	6	72	R\$ 27,09	R\$ 162,54	R\$ 1.950,48
354	1369	Brimonidina 0,2% (Alphagan)	FR	4	48	R\$ 83,57	R\$ 334,28	R\$ 4.011,36
355	1454	Brimonidina+timolol (Combigan)	FR	16	192	R\$ 93,62	R\$ 1.497,92	R\$ 17.975,04
356	3950	Brinzolamida 10 mg/ml timolol 6,8 mg/ml (Azorga)	FR	12	144	R\$ 53,12	R\$ 637,44	R\$ 7.649,28
357	1429	Brinzolamida 10 mg/ml (Azopt)	FR	8	96	R\$ 7,00	R\$ 56,00	R\$ 672,00
358	1525	Carbomer+sorbitol (Liposic gel)	FR	4	48	R\$ 23,07	R\$ 92,28	R\$ 1.107,36
359	1544	Carmelose (Lacrifilme)	FR	4	48	R\$ 41,61	R\$ 166,44	R\$ 1.997,28
360	9341	Dextrano+ Glicerol+ Hipromelose (Trisorb)	FR	1	12	R\$ 12,01	R\$ 12,01	R\$ 144,12
361	3949	Dorzolamida	FR	8	96	R\$ 46,88	R\$ 375,04	R\$ 4.500,48
362	1456	Dorzolamida+timolol (Cosopt)	FR	6	72	R\$ 144,24	R\$ 865,44	R\$ 10.385,28
363	5218	Hipromelose gel oftalmico (Genteal)	FR	2	24	R\$ 11,65	R\$ 23,30	R\$ 279,60
364	1506	Hipromelose+dextrana (Lacrima plus)	FR	2	24	R\$ 12,00	R\$ 24,00	R\$ 288,00
365	8177	Hyabak	FR	7	84	R\$ 238,10	R\$ 1.666,70	R\$ 20.000,40
366	1671	Latanoprost + maleato de timolol (Xalacom)	FR	3	36	R\$ 106,72	R\$ 320,16	R\$ 3.841,92
367	1638	Latanoprost 0,005% (Xalatan)	FR	6	72	R\$ 61,75	R\$ 370,50	R\$ 4.446,00
368	8178	Loteprednol (Loteprol)	FR	2	24	R\$ 35,77	R\$ 71,54	R\$ 858,48
369	2839	Maleato de Timolol	FR	12	144	R\$ 15,71	R\$ 188,52	R\$ 2.262,24
370	8179	Propilenoglicol Lubrificante 15ml (Systane)	FR	4	48	R\$ 125,13	R\$ 500,52	R\$ 6.006,24
371	1626	Travoprost (Travatan)	FR	20	240	R\$ 143,02	R\$ 2.860,40	R\$ 34.324,80
372	1478	Travoprost + timolol (Duo Travatan)	FR	15	180	R\$ 148,75	R\$ 2.231,25	R\$ 26.775,00
		LEITE E SUPLEMENTOS (LOTE LICITADO)						
373	2853	Albumina em pó	Lata	2	24	R\$	R\$	R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	736
Rubrica	

						63,52	127,04	-
374	5221	Aptamil 2 400gr	Lata	10	120	R\$ 27,11	R\$ 271,10	R\$ -
375	5461	Aptamil pepti 400gr	Lata	51	612	R\$ 65,28	R\$ 3.329,28	R\$ -
376	2855	Aptamil Soja 2 400gr	Lata	10	120	R\$ 32,78	R\$ 327,80	R\$ -
377	2857	Ensure 400g	Lata	67	804	R\$ 88,11	R\$ 5.903,37	R\$ -
378	2858	Fibra Alimentar 400g	Lata	4	48	R\$ 126,00	R\$ 504,00	R\$ -
379	1510	Modulen 400g	Lata	12	144	R\$ 499,00	R\$ 5.988,00	R\$ -
380	7336	Milnutre Complete 800g	Lata	14	168	R\$ 64,42	R\$ 901,88	R\$ -
381	3941	Neo Advance 400gr	Lata	85	1020	R\$ 273,00	R\$ 23.205,00	R\$ -
382	2860	Neocate LCP 400gr	Lata	90	1080	R\$ 273,00	R\$ 24.570,00	R\$ -
383	8180	Novamil Rice 400g	Lata	52	624	R\$ 97,07	R\$ 5.047,64	R\$ -
384	2863	Nutren active 400gr	Lata	10	120	R\$ 82,19	R\$ 821,90	R\$ -
385	7340	Nutren Senior 400gr	Lata	14	168	R\$ 105,65	R\$ 1.479,10	R\$ -
386	2864	Nutridrink Max 400gr	Lata	23	276	R\$ 50,99	R\$ 1.172,77	R\$ -
387	2866	Nutrison 800gr	Lata	18	216	R\$ 309,40	R\$ 5.569,20	R\$ -
388	2867	Pediasure Cplete 400g	Lata	35	420	R\$ 65,52	R\$ 2.293,20	R\$ -
389	2868	Pregomin pepti 400gr	Lata	59	708	R\$ 177,35	R\$ 10.463,65	R\$ -
		Fraldas (Insumos lote 1)						
390	693	Fralda infantil G	Unidade	960	11520	R\$ 0,83	R\$ 796,80	R\$ 9.561,60
391	1294	Fraldas Infantil XG	Unidade	808	9696	R\$ 1,01	R\$ 816,08	R\$ 9.792,96
392	3939	Fralda infantil XXG	Unidade	570	6840	R\$ 3,06	R\$ 1.744,20	R\$ 20.930,40
393	9342	Fralda geriátrica P (Bigfral)	Unidade	240	2880	R\$ 1,89	R\$ 453,60	R\$ 5.443,20
394	687	Fralda geriátrica P	Unidade	1440	17280	R\$ 1,67	R\$ 2.404,80	R\$ 28.857,60
395	688	Fraldas geriátricas M	Unidade	5300	63600	R\$ 1,75	R\$ 9.275,00	R\$ 111.300,00
396	690	Fraldas geriátricas G	Unidade	6240	74880	R\$ 1,80	R\$ 11.232,00	R\$ 134.784,00
397	686	Fraldas geriátricas XG	Unidade	6400	76800	R\$ 2,02	R\$ 12.928,00	R\$ 155.136,00
						R\$ 316.080,95	R\$ 3.792.971,40	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	737
Rubrica	



ANEXO IV

A – MINUTA CONTRATUAL

MINUTA - CONTRATO PARA _____
PARA A _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO MARICÁ E _____

O **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua _____, CNPJ nº _____, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Exmo. Sr. (IDENTIFICAR AUTORIDADE), e a sociedade empresária _____ situada na _____, e inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____ (IDENTIFICAR REPRESENTANTE), resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA _____**, conforme processo administrativo _____, especialmente o disposto no Edital nº _____, modalidade _____, aplicando-se a este contrato as normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto 158/2018, demais legislações aplicáveis ao tema, bem como as cláusulas e condições seguintes:

Rua Álvares de Castro, n.º 346, Paço Municipal, térreo - Centro – Maricá/RJ.
Tel. (21) 2637-2052 – Ramal 329/332
e-mail: maricacpl@gmail.com

737



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	738
Rubrica	

ÍNDICE

CLÁUSULA	ASSUNTO
1ª	DO OBJETO
2ª	DO PRAZO
3ª	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4ª	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5ª	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6ª	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7ª	DO FORNECIMENTO
8ª	DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
9ª	DA RESPONSABILIDADE
10ª	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11ª	DA GARANTIA
12ª	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13ª	DA EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO
14ª	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15ª	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16ª	DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA
17ª	DA RESCISÃO
18ª	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19ª	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20ª	DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de, conforme especificado no seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
PREÇO TOTAL				

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de _____, a contar da data de sua assinatura, obedecido o prazo estabelecido para as entregas, a contar da solicitação, conforme estabelecido no termo de Referência. Parágrafo Primeiro. Os Prazos de Entrega poderão ser prorrogados nos termos permissivos do art. 57, § 1º, da Lei n.º 8.666/93. Parágrafo Segundo. O fato que gere a antecipação da entrega com o conseqüente esgotamento de saldo provocará a extinção antecipada da presente avença.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	739
Rubrica	

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Constituem obrigações do MUNICÍPIO: a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato; b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; c) exercer a fiscalização do contrato; d) receber o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato. **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Constituem obrigações da CONTRATADA: a) fornecer o objeto contratual de forma imediata, em até ____ (____) dias, contados a partir da solicitação formal do MUNICÍPIO, conforme Termo de Referência/Projeto Básico e Edital, utilizando-se das normas aplicáveis, em face da legislação vigente e daquelas contidas neste Instrumento Contratual; b) prestar, sem quaisquer ônus para o MUNICÍPIO, em até ____ (____) dias, as correções, substituições, e revisões de falhas ou defeitos verificados no item fornecido, especialmente no caso de entrega de produto defeituoso ou inadequado; c) acatar as instruções emanadas da fiscalização; d) atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, assim como encargos fiscais e trabalhistas nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93; e) manter durante toda a execução do contrato às condições de habilitação e em compatibilidade com as obrigações por assumidas; f) Entregar os produtos considerando que não se tenha ultrapassado -----% do seu prazo de validade, conforme disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e/ou no Edital; g) Atender todas as normas e legislações no que concerne à matéria; h) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento contratual. **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL:** Dá-se a este contrato o valor total de R\$ ____ (____), sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93. **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas: **Fonte de Recurso:** _____; **Elemento de Despesa:** _____; **Programa de Trabalho:** _____; **Nota de Empenho:** _____. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO:** O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. **Parágrafo primeiro.** Cumpre à **CONTRATADA** providenciar o fornecimento do objeto contratual, na Secretaria Municipal de _____, situada na Rua _____, nos prazos estabelecidos pela **CONTRATANTE**, conforme previsões no Edital, no Projeto Básico e no Cronograma de Execução. **Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** empregará os bens e recursos humanos necessários para a boa execução do objeto do presente instrumento. **Parágrafo terceiro.** A execução do objeto contratual observará o descrito no edital de licitação e seus anexos, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis. **Parágrafo quarto.** As inclusões ou exclusões de material ou alteração de preços de materiais que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados sequencialmente e subscritos pelos representantes das Partes. **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL:** A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete: a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato; b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta; c) suspender a execução e, conforme o caso, determinar a devolução do fornecimento considerado inadequado; d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato; e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**. **Parágrafo primeiro.** Cabe recurso das determinações tomadas pela Comissão prevista na *caput* desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta. **Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	740
Rubrica	

o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização. **Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização. **Parágrafo quarto.** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades. **Parágrafo quinto.** A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria. **Parágrafo sexto.** Os membros da comissão prevista no *caput* desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para providências. **Parágrafo sétimo.** Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais. **Parágrafo oitavo.** O objeto do contrato será recebido pelo fornecimento realizado, observada a seguinte forma: a) provisoriamente, com a entrega dos bens, confirmando-se de imediato, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida, no prazo de ___ (___) dias; b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o *caput* desta cláusula, após decorrido o prazo máximo de ___ (___) dias, contados a partir do recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais. **Parágrafo nono.** Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE: A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração. **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O **MUNICÍPIO** fará o pagamento dos produtos fornecidos por meio de depósito em conta bancária, a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município, depois de atestada a entrega pelos representantes do Município. **Parágrafo primeiro.** O valor devido será confirmado pelo registro dos bens entregues no período, que deverá se realizar por meio de servidores indicados pelo **MUNICÍPIO** em até dez dias após o prazo previsto para conclusão da etapa, considerando-se os preços unitários. **Parágrafo segundo.** Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos produtos efetivamente entregues se for inferior ao previsto no cronograma de desembolso para a respectiva etapa. **Parágrafo terceiro.** Caso o valor dos bens efetivamente entregues seja superior ao previsto no cronograma físico-financeiro, será devido o valor indicado no cronograma, ficando a diferença para ser paga no momento previsto no cronograma, facultado ao **MUNICÍPIO**, conforme sua possibilidade e conveniência, realizar de imediato o pagamento integral correspondente à efetiva execução medida no período. **Parágrafo quarto.** Não serão considerados quaisquer bens entregues que não estejam discriminados na planilha de quantitativos e custos unitários. **Parágrafo quinto.** O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela, na forma do art. 40, inciso XIV, "a" da Lei Federal 8.666, de 1993. **Parágrafo sexto.** Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação. **Parágrafo sétimo.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feitos mediante desconto de 0,033% ao mês, *pro rata die*. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA:** **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:** O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei nº 8.666/93, mediante Aditamento Contratual. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	741
Rubrica	

INADIMPLEMENTO: Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento. Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES:** A inexecução do fornecimento, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades: a) advertência; b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da total do CONTRATO, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos; c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento); d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA; e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7.º da Lei Federal n.º10.520/02. Parágrafo primeiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, assegurados a ampla defesa e o contraditório. Parágrafo segundo - A sanção prevista nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra. Parágrafo terceiro - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia. Parágrafo quarto - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula competem ao Sr. Prefeito. Parágrafo quinto - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade. Parágrafo sexto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO:** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face do MUNICÍPIO. Parágrafo único - Caso o MUNICÍPIO tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do MUNICÍPIO e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado. Parágrafo único - O cessionário ficará subrogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO:** O presente contrato poderá ser rescindido por: a) Ato unilateral do MUNICÍPIO, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93; b) Por acordo entre as partes, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93; c) Por decisão judicial, nos termos da legislação aplicável. Parágrafo primeiro - Constituem motivos para rescisão do contrato os termos estabelecidos nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa. Parágrafo segundo - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9282/2020
Data do Início	07/07/2020
Folha	742
Rubrica	

notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Maricá. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO:** Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do MUNICÍPIO. Parágrafo primeiro – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato. Parágrafo segundo - O MUNICÍPIO encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS:** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO:** Fica eleito o Foro da Cidade de Maricá, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Maricá, _____

a) Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

b) TESTEMUNHAS

1 -

2 -

